

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 1º TRIMESTRE 2015

Maio de 2015

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico	3
2. Análise do desempenho estratégico	5
2.1. Visão geral do desempenho estratégico	9
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores.....	11
2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas	12
2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no quarto trimestre de 2014	15
3. Conclusão	15

1. Apresentação

O Relatório de Análise da Estratégia apresenta o desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, e tem por finalidade subsidiar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), fornecendo insumos para garantir sua máxima produtividade.

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) visa a garantir o acompanhamento e a gestão da estratégia de médio e longo prazos, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Plano Estratégico Institucional. Além de assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico, a RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e como eles afetam a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta a tomada de decisões.

As reuniões fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia, não sendo aconselhável conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais. A partir do aprendizado gerado pelas RAEs é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada ou revista, a partir de um novo ciclo de formulação.

1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico

A fim de sistematizar a análise do desempenho estratégico, este Tribunal, pautado na metodologia do BSC – *Balanced Scorecard*, adotou os critérios a seguir apresentados para avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A análise de desempenho dos objetivos decorre da avaliação dos indicadores a eles relacionados. Cada indicador é "sinalizado" de acordo com o índice de alcance da respectiva meta, conforme os intervalos apresentados no quadro abaixo, devendo ser considerada a polaridade do indicador, isto é, "quanto maior, melhor" (quanto maior o resultado alcançado, melhor o desempenho) ou "quanto menor, melhor" (quanto menor o resultado alcançado, melhor o desempenho).

Observa-se, contudo, que após a revisão do Plano Estratégico, em 2012, deliberou-se pela modificação da margem de desempenho considerada razoável para avaliação da meta, passando de 5% para 10%.

Polaridade - Maior Melhor



Polaridade - Menor Melhor



Indicador não disponível no momento



Indicador sem medição para o período

Os "sinais" coloridos são recursos visuais que servem para representar a criticidade e o nível de atenção a ser dispensado aos indicadores e aos objetivos. A cor verde indica desempenho satisfatório. A cor amarela indica necessidade de atenção. A vermelha, a necessidade de ações corretivas e nível de atenção ainda maior.

Além dessas "sinalizações", o indicador pode receber a cor preta, indicativo de que não está operacional porque não está sendo mensurado ou não tem meta definida, ou a cor cinza, que indica que não há medição para o período, isto é, o histórico de mensuração ainda não foi iniciado.

A média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo determinará a situação do objetivo estratégico, conforme quadro abaixo:

Critério dos Sinais de Desempenho dos Objetivos		
Pontuação dos Indicadores	Média dos Pontos	
	Resultado	Situação do Objetivo
3 pontos		
2 pontos	0 – 1,50	
1 ponto	1,51 – 2,50	
0 ponto		
Indicador não pontua	2,51 – 3,00	

As iniciativas estratégicas serão analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto ou, na ausência daqueles, nos Termos de Abertura de Projeto, conforme sinalizadores apresentados no quadro abaixo. Busca-se, dessa forma, facilitar a análise do andamento das iniciativas estratégicas e auxiliar a tomada de decisão em relação ao eventual realinhamento dessas iniciativas.

Critério de Desempenho das Iniciativas em relação ao Prazo (Planejado X Realizado)	
	Iniciativa em andamento, sem pontos de atenção ou riscos identificados não ocorridos
	Iniciativa com ponto de atenção ou pendência
	Iniciativa com problemas (riscos ocorridos)
	Iniciativa não iniciada
	Iniciativa concluída
	Iniciativa descontinuada

2. Análise do desempenho estratégico

Esta seção apresenta a análise do desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A minuciosa avaliação das informações aqui apresentadas deve induzir à reflexão sobre a importância do monitoramento contínuo dos elementos do BSC e da vinculação entre a estratégia e o processo operacional como propulsores do aprendizado e do desenvolvimento institucional.

O presente relatório apresenta o resultado do desempenho estratégico do TRE-RJ no primeiro trimestre de 2015.

Deve-se destacar que o Plano Estratégico do TRE-RJ, com vigência de 2010 a 2014, foi prorrogado pela Resolução nº 918/2015 até dezembro de 2015.

Este relatório apresenta as análises dos objetivos que têm a si vinculados indicadores cujas periodicidades de medição são mensais ou trimestrais. A análise do objetivo "*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*" não foi apresentada pela unidade responsável.

Destaca-se que visando tornar mais claras as análises dos objetivos que integram este relatório, as mesmas estão acompanhadas, além das análises dos indicadores cujas periodicidades de medição são mensais ou trimestrais, das últimas análises dos demais indicadores porventura associados àqueles objetivos.

Segue o quadro consolidado das periodicidades dos indicadores, segmentados por objetivo estratégico:

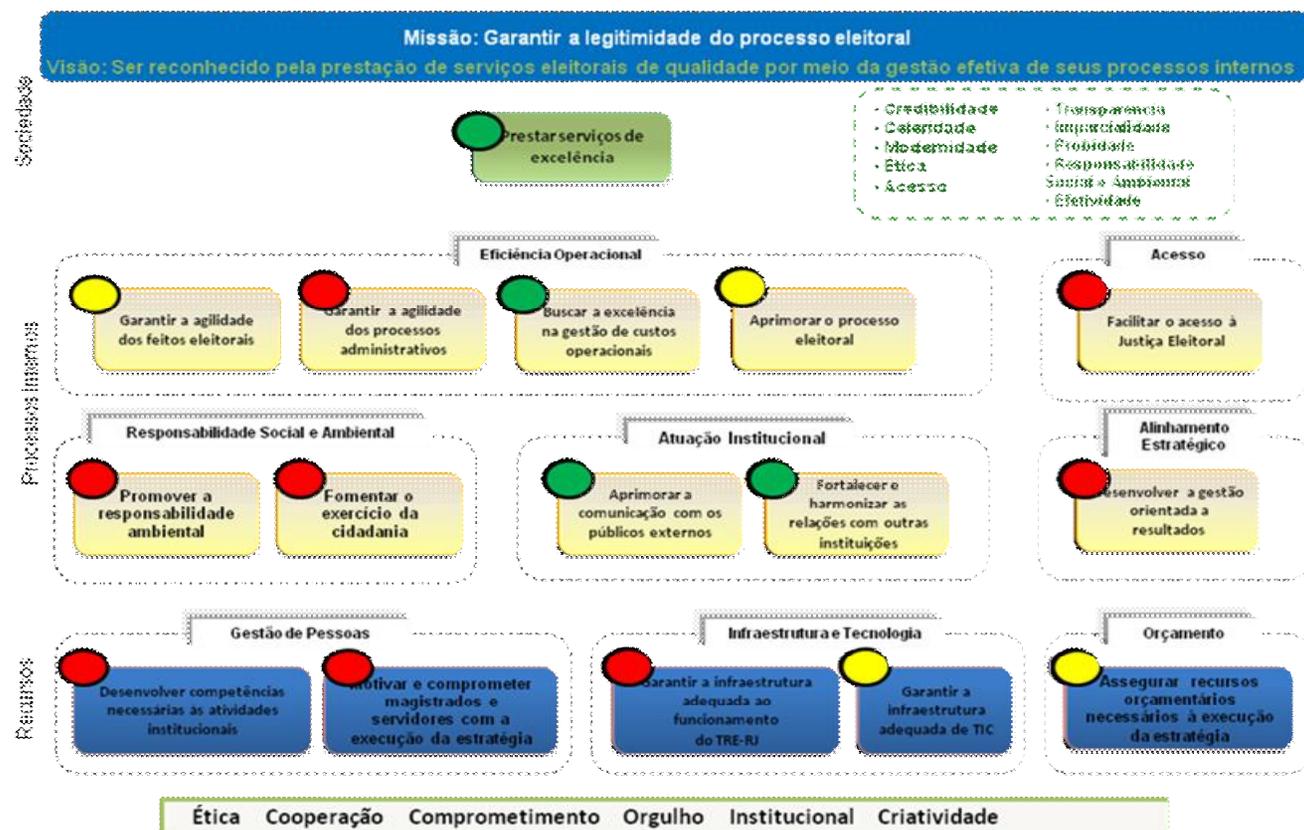
Objetivo	Indicadores	Periodicidade de medição
Prestar serviços de excelência	PSE 01 – Índice de satisfação do cliente externo	Trimestral
	PSE 02 – Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
	PSE 03 – Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
Garantir a agilidade dos feitos eleitorais	EO 01 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 02 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 03 – Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 04 – Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 05 – Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 06 – Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 07 – Prestações de contas julgadas no prazo	Bienal, em agosto dos anos não eleitorais
Garantir a agilidade dos processos administrativos	EO 08 – Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Semestral
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	EO 09 – Custo de manutenção da estrutura	Semestral
Aprimorar o processo eleitoral	EO 10 – Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
	EO 11 – Percentual de eleitores com cadastro biométrico	Anualmente, em janeiro
	EO 12 – Percentual de mesários voluntários	Bienal, em dezembro

		dos anos eleitorais
Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	ACE 01 – Índice de acesso à Justiça	Trimestral
	ACE 02 – Índice de atendimento às demandas de ações de acesso	Trimestral
Promover a responsabilidade ambiental	RSA 01 – Índice de desempenho ambiental	Semestral
Fomentar o exercício da cidadania	RSA 02 – Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais	Semestral
Aprimorar a comunicação com os públicos externos	AI 01 – Índice de satisfação dos usuários da internet	Trimestral
	AI 02 – Índice de inserções positivas na mídia	Mensal
	AI 03 – Percentual de disponibilização na Internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)	Mensal
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições	AI 04 – Número de parcerias estratégicas	Semestral
Desenvolver a gestão orientada a resultados	AE 01 – Índice de alcance das metas estratégicas	Anual, em janeiro
	AE 02 – Índice de desdobramento da estratégia	Semestral
	AE 03 – Número de reuniões de análise da estratégia	Trimestral
Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	GP 01 – Índice de aderência ao PAC	Quadrimestral
	GP 02 – Índice de execução do PAC	Quadrimestral
	GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais	Semestral
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	GP 04 – Clima organizacional	Bienal, em anos não eleitorais
	GP 05 – Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo	Mensal
	GP 06 – Índice de participação de magistrados	Semestral
Garantir a	IT 01 – Índice de adequação das instalações físicas	Anual, em dezembro

infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ	IT 02 – Índice de adequação dos materiais permanentes	Anual, em janeiro
	IT 03 – Índice de instalações acessíveis	Anual, em dezembro
Garantir a infraestrutura de TIC	IT 04 – Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Mensal
	IT 05 – Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ
Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	ORÇ 01 – Execução orçamentária	Anual, em janeiro
	ORÇ 02 – Índice de execução financeira	Trimestral
	ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico	Anual, em janeiro

2.1. Visão geral do desempenho estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ apresentou a seguinte configuração ao final do primeiro trimestre de 2015:



Considerando o quadro abaixo, que indica o número de objetivos, por período, de acordo com as respectivas “sinalizações”, depreende-se a piora do desempenho estratégico do TRE-RJ em relação ao mesmo período de 2014, porém uma singela melhora em relação ao quarto trimestre do mesmo ano.

Tal melhora decorre do desempenho mais satisfatório do objetivo “*Aprimorar a comunicação com os públicos externos*”. Atribui-se tal resultado à efetividade do plano de ação criado com foco na melhoria do desempenho do indicador “*AI 03 – Percentual de disponibilização na Internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)*”, associado àquele objetivo.

Tabela 1: Desempenho dos objetivos

1º sem/2013	4	3	9
3º trim/2013	2	5	9
4º trim/2013	4	5	7
1º trim/2014	4	5	7
2º trim/2014	3	3	10
3º trim/2014	2	4	10
4º trim/2014	3	5	8
1º trim/2015	4	4	8

Gráfico 1: Desempenho dos objetivos



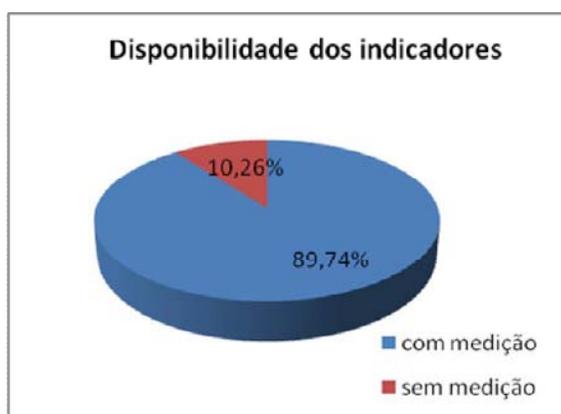
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores

No que se refere à operacionalização dos indicadores estratégicos, observa-se que não houve alterações em relação ao período anterior. Em relação ao plano estratégico em sua integralidade, permanecem sem mensuração 4 (quatro) indicadores, recebendo a sinalização preta.

A não operacionalização do indicador "Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo", cuja medição é mensal e, portanto, apresentada neste Relatório, deve-se à inconclusão do projeto estratégico necessário à respectiva mensuração.

Não houve ocorrências, neste período, de indicadores sem análise.

Gráfico 2: Disponibilidade dos indicadores



Dos 40 indicadores que integram o plano estratégico, apenas 39 são computados, uma vez que o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é incluído no cálculo de percentual de metas alcançadas. Observa-se que 13 (treze) indicadores apresentam desempenho dentro do limite desejável no primeiro trimestre de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% do total de indicadores mensurados (operacionais ou não); 19 (dezenove) apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 48,72%; e, 3 (três) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 7,69%. Os outros 4 (quatro) indicadores, conforme apontado anteriormente, não foram mensurados, correspondendo a 10,26%. Assim, em linhas gerais, demonstra-se uma pequena evolução em relação ao trimestre anterior, haja vista a tabela abaixo:

Tabela 2: Desempenho dos indicadores

INDICADORES					
4º trimestre/2013	17	1	16	2	3
1º trimestre/2014	16	2	17	2	2
2º trimestre/2014	12	2	19	2	4
3º trimestre/2014	12	1	18	2	6
4º trimestre/2014	13	2	20	0	4
1º trimestre/2015	13	3	19	0	4

Gráfico 3: Resultados dos indicadores



2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas

O TRE-RJ tem atualmente 32 (trinta e dois) projetos em seu portfólio estratégico, considerando que dos 42 (quarenta e dois) projetos inicialmente elencados, 1 (um) foi descontinuado ("Programa TRE Cidadão") e 9 (nove) encontram-se concluídos, a saber: **a)** "Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ", concluído em 2013; **b)** "Programa Qualidade de Vida no Trabalho – QVT", concluído em 2013; **c)** "Gestão do Clima Organizacional", concluído no primeiro semestre de 2014; **d)** "Normatização sobre prática de atos ordinatórios

de ofício”, concluído no primeiro semestre de 2014; **e)** “Otimização do Sistema PIE – Plano Integrado das Eleições”, concluído no primeiro semestre de 2014; **f)** “Planejamento das Eleições 2014”, concluído no primeiro semestre de 2014; **g)** “Revisão da Agenda Ambiental”, concluído no primeiro semestre de 2014”; **h)** “EAD – Ensino a Distância”, concluído no terceiro trimestre de 2014; **i)** “Sistema de Pesquisa de Satisfação”, concluído no quarto trimestre de 2014.

Observa-se que não houve conclusão de projetos no primeiro trimestre de 2015, além de ter ocorrido significativo aumento do número de projetos já iniciados e com problemas. Ressalta-se que as iniciativas estratégicas são analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto ou, na ausência daqueles, nos Termos de Abertura de Projeto.

Reitera-se a necessidade de realização de reunião específica para tratar do realinhamento do portfólio de projetos estratégicos deste Tribunal. Ressalta-se, ainda, que a sistematização dessas reuniões mostra-se bastante saudável, na medida em que oportunizará maior foco na solução das pendências dos projetos e eficiência em sua execução, evitando-se, assim, atrasos e desperdícios, além de assegurar a efetividade dos objetivos estratégicos aos quais estão relacionados e favorecer o processo de execução e planejamento orçamentário das ações estratégicas.

Tabela 3: Status dos Projetos

Status	Situação em março de 2014	Situação em junho de 2014	Situação em outubro de 2014	Situação em dezembro de 2014	Situação em março de 2015
Iniciativas concluídas	2	7	8	9	9
Iniciativas não iniciadas	4	7	7	7	7
Iniciativas em andamento, sem pontos de atenção	10	6	5	1	0
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência	14	7	8	9	1
Iniciativas iniciadas, com problemas	12	14	13	15	24
Iniciativas descontinuadas	0	1	1	1	1

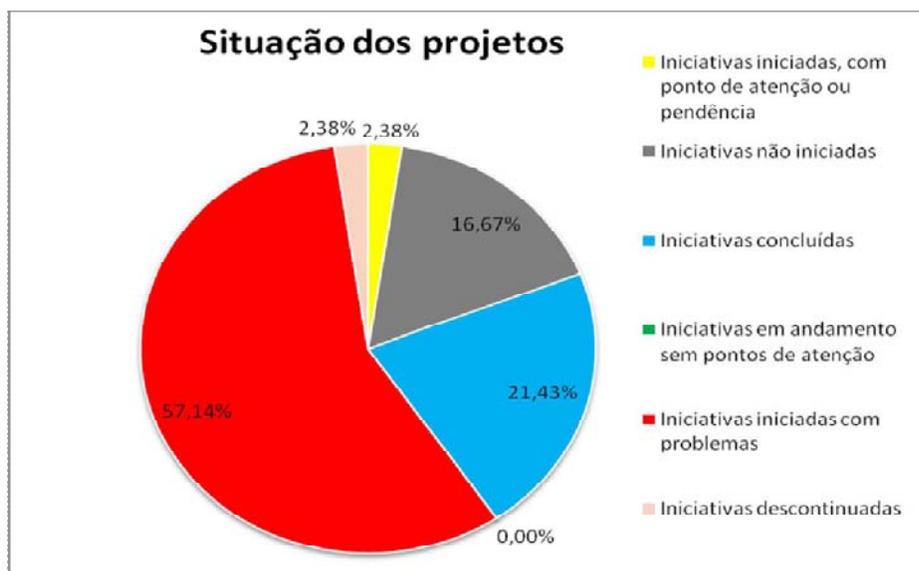
É importante reiterar a necessidade de capacitar os servidores da equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão em Gerenciamento de Portfólio de Projetos e em noções de gestão orçamentária, visando otimizar os procedimentos relacionados à gestão da carteira de projetos do Tribunal.

Tabela 4: Status dos Projetos

Março de 2015		
Nome do projeto	Gerente	P
Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ	Cláudia Foffano de Souza	
Banco de Boas Práticas	Diego Guedes	
Cadastramento Biométrico de Eleitores	Cláudia Foffano de Souza	
Central de Serviços de TI	Fabiano Barbosa	
Comitê Gestor do Portal	Alberto Carmo de Araújo	
Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE/RJ	Soraya Previtali	
Desenvolvimento e implementação da Política de comunicação do TRE-RJ	Maurício da Silva Duarte	
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	José Álvaro Manhães Wagner	
EAD - Ensino a Distância	Jason Marcelino	
Espaço Colaborativo	Tatiana Kagohara	
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"	Maurício Renault de Barros Correia	
Gestão Documental	Luciana Siqueira de Carvalho	
Georreferenciamento	Flávia Daniel	
Gestão do Clima Organizacional	Daniela Martins	
Gestão por Competência	Marcos Guerrero	
Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações	Moema Munck	
Guia de Pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais	Luciana de B. Magalhães Gomes Abduche	
Justiça Eleitoral Itinerante	Gisele Goneli	
Memória Oral	Maurício da Silva Duarte	
Mesário Voluntário 2014	Fernanda Lauria	
Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ	Tatiana de Freitas Kagohara	
Modernização do Data Center	Janeth Soares	
Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício	Danielle Cunha	
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições	Janete Rodrigues	
Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP	Elizabeth de Albuquerque Oliveira Cirufo	
Planejamento das Eleições 2014	Ligia Monteiro	
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ	Luciana Souza Batista	
Programa Eleitor do Futuro 2013-2014	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Ayda Elisa Bruce Calabria	
Programa Segurança da Informação	Luciana Siqueira de Carvalho	
Programa TRE Cidadão	Bruno Moreira Lima	XXXXXXXX
Programa TRE vai à Escola	Helena Maria Barbosa da Silva	
Racionalização dos Custos de Manutenção	Luiz Carlos Fernandes Freire	
Reconhecimento do Trabalho voluntário em ações de cidadania	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Revisão da Agenda Ambiental	Maria Imaculada Machado do Carmo	
Sistema de Acompanhamento da Execução		
Sistema de Gestão da Estratégia	Soraya Previtali	
Sistema de Gestão de Compras	Carla Monteiro	
Sistema de Pesquisa de Satisfação	Andrea Bessler	
Sistematização do Controle de Parcerias	Fúlvio da Fonseca Coelho	
Sistematização do Programa TRE vai à Escola	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
TV Corporativa	Leandro Quarti Lamarão	

Iniciativas em andamento, sem pontos de atenção
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência
Iniciativas iniciadas, com problemas
Iniciativas não iniciadas
Iniciativas concluídas
Iniciativas descontinuadas

Gráfico 4: Situação dos Projetos



2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no primeiro trimestre de 2015

As análises de desempenho dos objetivos estratégicos e respectivos indicadores, ordenados por perspectiva e tema, em relação ao primeiro trimestre de 2015, integram o Anexo I deste relatório.

Cumprir destacar que, no período objeto de análise deste Relatório, o objetivo estratégico "Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia" não foi analisado. Reitera-se que as avaliações quantitativas apresentadas nos itens anteriores devem ser complementadas por análises qualitativas sobre os indicadores e objetivos, como forma de garantir uma análise mais consistente sobre o desempenho estratégico do Tribunal.

3. Conclusão

Observa-se pequena melhoria no período, comparativamente ao trimestre anterior. Depreende-se que a melhoria do desempenho decorre da efetividade do plano de ação relacionado ao objetivo "Aprimorar a comunicação com os públicos externos", que

alavancou o resultado do indicador "Percentual de disponibilização na Internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)".

Não se pode perder de vista, contudo, que o resultado do desempenho estratégico no primeiro trimestre de 2015 é pior do que o obtido no mesmo período do ano anterior, indicando a necessidade de maior esforço institucional para o alcance das metas pretendidas pelo Tribunal.

Dentre os fatores que podem contribuir para a melhora do desempenho, reitera-se a necessidade de realização das Reuniões de Análise da Estratégia na frequência estabelecida e a reavaliação e realinhamento do portfólio de projetos do Tribunal.

Em 28 de maio de 2015 foi realizada a primeira RAE de 2015, tendo como pauta o desempenho global de 2014.

Da análise da documentação que integra o Anexo I deste relatório, dos conteúdos dos relatórios anteriores e das atas das últimas Reuniões de Análise da Estratégia, extrai-se que:

1. No que se refere ao objetivo "**Prestar serviços de excelência**", está em fase de execução plano de ação para avaliar a viabilidade de ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo, cujo andamento foi apresentado na última RAE, realizada em 28 de maio de 2015. Estima-se que a medida oportunize não apenas o melhor direcionamento das demandas do público externo, como a futura elaboração de indicadores para a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos através da Ouvidoria, aspecto apontado no Relatório de Auditoria nº 05/2014. O desempenho do plano de ação será apresentado na RAE de agosto de 2015.
2. Ainda em relação ao objetivo "**Prestar serviços de excelência**", está pendente de apresentação pela unidade responsável plano de ação que apresente as medidas a serem implementadas para que os resultados da pesquisa de satisfação do cliente externo sejam trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado *feedback* aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria.
3. Em relação ao objetivo "**Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**", estão em fase de execução dois planos de ação que objetivam, respectivamente, a sistematização

do monitoramento mensal de feitos e o estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau) e Índice de agilidade dos feitos eleitorais (2º grau). O andamento dos dois planos de ação foi apresentado na última RAE, realizada em 28 de maio passado. O desempenho dos planos de ação será apresentado na RAE de agosto de 2015.

4. No que tange ao objetivo "**Facilitar o acesso à Justiça**", está em fase de execução plano de ação que visa ao incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como o incremento da divulgação das iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania para o público externo. O desenvolvimento do plano de ação foi apresentado na RAE de 28 de maio de 2015 e seu desempenho será apresentado na RAE de agosto de 2015.
5. Em relação ao objetivo "**Aprimorar a comunicação com os públicos externos**", o plano de ação desenvolvido visando melhorar seu desempenho mostrou-se efetivo, garantindo ao objetivo resultado mais satisfatório em relação ao que vinha sendo apresentado nos últimos períodos. O plano de ação foi considerado concluído na RAE realizada em 28 de maio passado. Apesar do bom resultado do objetivo, observa-se a necessidade de priorizar a conclusão do projeto "Comitê Gestor do Portal", cujo produto guarda potencial para manter a contínua atualização do site, contribuindo para a maior fidelidade dos dados disponíveis e um acesso mais efetivo do público às informações sobre o TRE-RJ.
6. O objetivo "**Desenvolver a gestão orientada a resultados**" continua apresentando desempenho insatisfatório. Na última RAE, realizada em 28 de maio de 2015, foi apresentado o andamento do plano de ação que tinha pendente entre suas atividades a elaboração do cronograma de realização de Reuniões de Análise da Estratégia. O cronograma foi aprovado pelo Comitê de Gestão da Estratégia. Permanece pendente a conclusão do projeto de desenvolvimento do sistema "Gerir". Assim, o plano permanece sob monitorando, e seu andamento deverá ser apresentado na RAE de agosto de 2015.
7. Em relação ao objetivo "**Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**", está pendente de apresentação pela unidade

responsável o plano de ação que tem por objetivo garantir a efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013.

8. No que se refere ao objetivo "**Garantir a infraestrutura adequada de TIC**", está pendente de apresentação pela unidade responsável o plano de ação que tem por objetivo a implementação de medidas prioritárias (*) para o atingimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 90, do Conselho Nacional de Justiça. Deve-se ressaltar, ainda, a importância de priorização de conclusão do projeto "Segurança da Informação", assim como avaliar as ações que estão sendo realizadas visando solucionar o problema de espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, já que os atuais depósitos operam próximos da capacidade máxima de armazenamento.

(*)atualização dos microcomputadores da Sede e dos Cartórios; normatização interna específica para a aquisição de soluções de TIC que determine a inclusão de cláusula de propriedade intelectual do código fonte ou depósito de código fonte no INPI; realização de treinamentos em certificação digital e segurança da informação para os novos programadores e analistas, além dos demais servidores destas especializações que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ; revisão da ficha do indicador "Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC"; revisão das metas do indicador "Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ, a fim de adequá-las ao novo entendimento do CNJ em relação à Justiça Eleitoral no que se refere à variável "Porte de Automação".

9. No que se refere ao objetivo de "**Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia**", é preciso identificar medidas a serem implementadas visando atender à recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 06/2014, dirigida às unidades de Planejamento Estratégico e Gestão e de Orçamento e Finanças, no sentido de que sejam envidados esforços na interação entre as mesmas, visando à aderência do orçamento do Tribunal às ações e objetivos estratégicos.

Permanece, ainda, em monitoramento, o plano de ação que tem por objetivo a elaboração do planejamento das atividades operacionais e logísticas relacionadas ao cadastramento biométrico de eleitores – definição dos procedimentos gerais necessários

à realização das ações de cadastramento/recadastramento biométrico de eleitores, considerando as atividades a serem executadas, prazos demandados e responsáveis pela execução, vinculado ao objetivo estratégico de "**Aprimorar o processo eleitoral**".

Restam pendentes de apresentação pelos respectivos responsáveis os seguintes planos de ação, que deixaram de ser apresentados na RAE realizada em 28 de novembro de 2014:

1. "Sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições"

Objetivo estratégico realizado: **Aprimorar o processo eleitoral**

2. "Medidas a serem adotadas para viabilizar a mensuração do indicador "Índice de adequação das instalações físicas""

Objetivo estratégico relacionado: **Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ**

3. "Identificar as atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno"

Objetivo estratégico relacionado: **Garantir a agilidade dos feitos eleitorais e aprimorar o processo eleitoral**

Assim, considerando a grande quantidade de planos de ação que permanecem sob monitoramento, a realização de eleições municipais no próximo ano e o processo de revisão do plano estratégico deste Tribunal, a ser realizado no corrente exercício, sugere-se a realização de Reunião de Análise da Estratégia em caráter extraordinário, cuja pauta considere o objetivo "**Aprimorar o processo eleitoral**" como tema chave, abordando:

- Planejamento das atividades operacionais e logísticas relacionadas ao recadastramento biométrico de eleitores – definição dos procedimentos gerais necessários à realização das ações de cadastramento/recadastramento biométrico de eleitores, considerando as atividades a serem executadas, prazos demandados e responsáveis pela execução – plano de ação em monitoramento

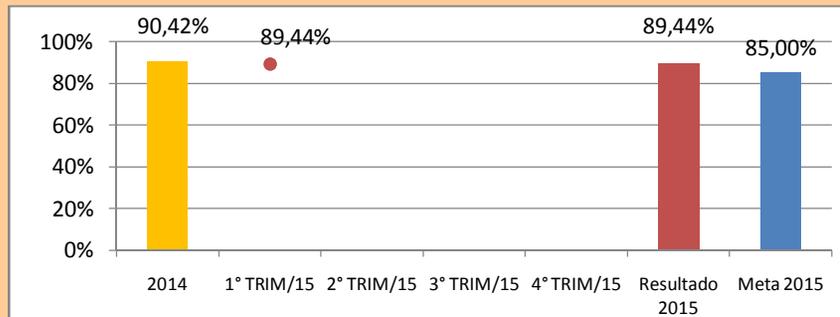
- Sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições – discussão para melhor definição de escopo do plano de ação
- Identificar as atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno – apresentação de plano de ação

ANEXO I
ANÁLISE DOS OBJETIVOS
E
INDICADORES ESTRATÉGICOS

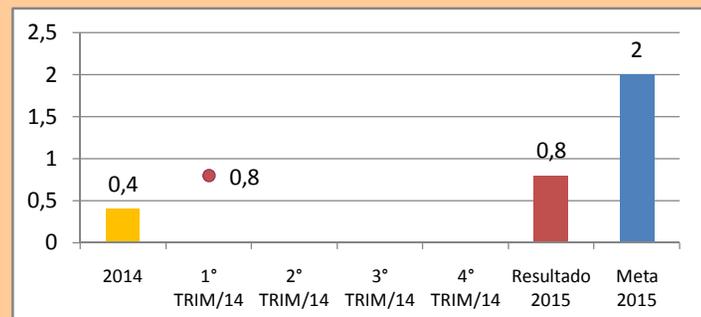
Monitoramento de Objetivo Estratégico

Objetivo: Prestar serviços de excelência

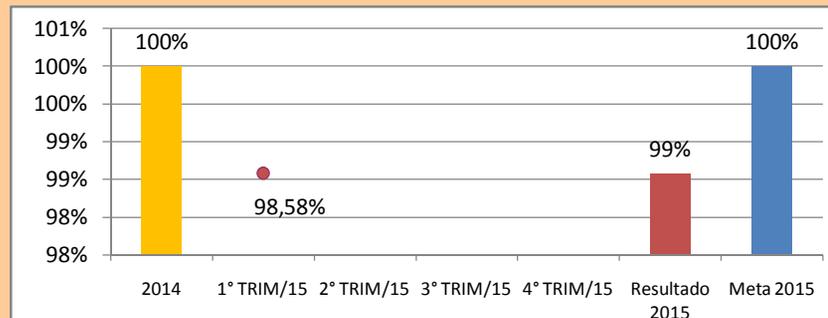
PSE 01 - Índice de satisfação do cliente externo



PSE 03 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



PSE 02 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria



Projetos Estratégicos

Sistema de Pesquisa de Satisfação

 **Objetivo: Prestar serviços de excelência**

Análise de Desempenho

Exemplo de preenchimento:

1 – O resultado apurado indica que a satisfação do cliente externo está acima da média, no entanto alerta para o não cumprimento da meta de 100% de atendimento às demandas, bem como para diminuição da procura aos canais de comunicação oferecidos por este Tribunal. Essa queda parece decorrer da retirada do número de telefone da ouvidoria do sitio eletrônico deste TRE. Já o não cumprimento da meta é explicado pela necessidade de aguardar a resposta de outra unidade deste Tribunal para repassá-la ao cidadão; 2 – Pela observação rasa dos indicadores, acreditando que os canais de comunicação oferecidos hoje pelo Tribunal são as melhores vias de acesso à Justiça Eleitoral pelo público externo tende-se a concluir pela excelência no desempenho e cumprimento das metas. Acontece que a análise profunda dos fatos aponta para um cenário muito menos animador. É preciso modificar os canais de comunicação com o público externo para que a análise dos resultados dos indicadores seja fidedigna ao objetivo proposto. (Relação dos indicadores vinculados ao objetivo com seu desempenho); 3 – O estudo de mudança dos canais de comunicação com o público externo está em fase de elaboração. Pretende-se, no entanto, verificar se o serviço oferecido hoje pelo Tribunal, sobretudo em relação aos canais de comunicação, é de fato um serviço de excelência. (Relação do andamento das iniciativas/impacto com o desempenho do objetivo); 4 – Ausência de unidades sistematicamente desenvolvidas com o propósito de atender a diversas demandas, das mais complexas às de mera prestação de informação. Por exemplo, tentar direcionar a outro canal de comunicação demandas de mera informação, permitindo que a Ouvidoria possa atender pedidos mais pertinentes a sua função; 5 – As frequentes mudanças de Administração vêm se mostrando um risco à conclusão de trabalhos voltados ao alcance do objetivo. (Riscos potenciais que precisam ser tratados para assegurar o alcance do objetivo); 6 – Uma vez iniciados os estudos para melhoria dos canais de comunicação com o público externo, haverá a necessidade de verificação de outros indicadores. (Recomendações sobre processos que tenham relação com o objetivo.)

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE	A percepção dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento) e na Internet.						
COMO MEDIR	Total de respostas que indicam satisfação do cliente (TRespCISat), dividido pelo número total de respostas à pesquisa (TCIResp), multiplicado por cem. SC = (TRespCISat / TCIResp) x 100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
				QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META	Atingir 85% de usuários satisfeitos, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	89,44%				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º TRIM/15	89,44%	83,50%
Meta 2015	85,00%				2º TRIM/15		84,00%
Histórico					3º TRIM/15		84,50%
					4º TRIM/15		85,00%
2011	NM						
2012	82,00%						
2013	90,38%						
2014	90,42%						
<p>1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".</p> <p>2) Serão consideradas respostas que indicam satisfação do cliente as avaliadas com os critérios "bom" ou "ótimo".</p> <p>3) Considerando que o indicador corresponde ao indicador "Grau de satisfação de clientes" do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, e que tal indicador não prevê a avaliação da satisfação dos clientes em relação aos serviços da Internet, o resultado a ser comunicado ao TSE deve se restringir às aferições realizadas nos pontos de atendimento ao público, isto é, Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento.</p>							

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO

Análise de desempenho (1º trimestre):

Tendo em vista que a pesquisa relativa ao 1º trimestre ainda se encontra em fase de encerramento, os resultados apurados dizem respeito apenas a pesquisa com o público da internet. Considerando que esses dados já são analisados em indicador próprio, e considerando ainda, que não houve apreciação da análise do 4º trimestre de 2014, aqui serão avaliados os dados referentes as pesquisas aplicadas no ano passado.

O resultado global do ano além de superar a meta em muito, também ficou ligeiramente superior ao do ano de 2013, cuja pesquisa aplicada foi idêntica a aplicada em 2014. Apesar do bom resultado medido, cabe observar que, reiteradamente, o público dos cartórios vem apontando para a necessidade da melhoria de infraestrutura, sendo necessária a implementação de ações de forma sistemática. A não realização dessas ações pode ter como consequência o total descrédito por parte das unidades que aplicam a pesquisa. Esse fato foi observado na pesquisa aplicada no segundo trimestre de 2014, 12 dos 54 cartórios enviaram quantidade inferior a 30% do quantitativo de formulários necessários à formação da amostra, e dois cartórios não enviaram nenhum formulário válido. Buscando evitar a repetição dessa situação, a Comissão de Pesquisa de Satisfação notificou tais cartórios e o resultado de tal ação foi bastante positivo. Na última pesquisa todos os cartórios enviaram os formulários.

Não se pode perder de vista, contudo, que com o passar do tempo os próprios usuários perceberão que suas considerações não têm sido levadas a efeito, afinal, este é o 3º ano de aplicação da pesquisa. A falta de atuação no que tange à melhoria da infraestrutura deixará pouca margem para a melhoria do desempenho do indicador, que já se encontra em um patamar bastante elevado nos outros quesitos avaliados. Além disso, a velocidade de tratamento tem que acompanhar a periodicidade da pesquisa, já que de nada adianta realizar nova medição se não forem implementadas medidas para melhorar a situação identificada como insatisfatória. Considerando tais aspectos, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico referente ao 2º trimestre de 2014, realizada no dia 5 de setembro de 2014, pela elaboração de plano de ação objetivando que os resultados da pesquisa sejam trabalhados de forma sistemática para gerar ações de melhoria, em especial no que tange à infraestrutura física, bem como para que seja dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados pela pesquisa para a implementação das ações de melhoria. A elaboração do plano de ação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Administração. No entanto, na última RAE realizada em novembro o plano não foi submetido à apreciação do Comitê Gestor da Estratégia para aprovação.

Tendo em vista que os resultados desses quase três anos de aplicação da pesquisa vêm se mostrando bastante uniformes tanto para o público dos cartórios, como para o público da SJD, e considerando a dificuldade em se implementar melhorias a tempo de ver os resultados retratados na pesquisa subsequente, sugere-se que a pesquisa passe a ser aplicada semestralmente, a partir do próximo ano, para os públicos da SJD e das Zonas. Para a pesquisa da Internet, sugere-se a manutenção da periodicidade, já que a natureza da internet é mais dinâmica e as mudanças usualmente exigem menor esforço de implementação. Considerando, ainda, os resultados alcançados nas últimas pesquisas e visando fazer com que o indicador represente um desafio para a Instituição, sugere-se que a meta seja aumentada para 90%.

O Sistema de Pesquisa de Satisfação, iniciativa ligada ao indicador, já foi desenvolvido e se encontra em uso, no entanto melhorias na saída dos dados estão sendo implementadas de forma a garantir maior agilidade e confiança nos dados.

Variável	1 trim/15
TRespCISat	381
TCIResp	426

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.						
COMO MEDIR	Total de contatos que receberam resposta no período base (TContResp) dividido pelo total de contatos recebidos no período base (TContRec) acrescido do total de respostas pendentes (TRespPen), multiplicado por cem. RO = [(TContResp / (TContRec + TRespPen)) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria						
QUEM ANALISA	Vice-Presidência (VP)						
META	Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria, anualmente.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2014	#DIV/0!					Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15	100%
Meta 2014	100%					2º TRIM/15	100%
Histórico						3º TRIM/15	100%
2012	100%					4º TRIM/15	100%
2013	100%						
2014	100%						
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Entende-se por "respostas pendentes" o saldo residual de contatos não respondidos até o final do período anterior ao período-base (trimestre).</p> <p>3) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

Da análise dos dados extraídos do Sistema de Ouvidoria, percebemos que a meta (100%) não foi alcançada no período de referência, registrando-se uma pendência dentre as 140 ocorrências no período. Ressalte-se que esta unidade encontra-se aguardando resposta a pedido de informação dirigido a outra unidade desta Corte, para que a resposta possa ser repassada ao cidadão. Para aferição, consideramos apenas as respostas definitivas a cada contato, excluídas as inadmitidas, as isentas de resposta e as redirecionadas a outros órgãos.

O número de registro de ocorrências (140) sofreu significativa diminuição se comparado aos registros do mesmo período do ano anterior (303). Ao que parece, tal diminuição reflete a retirada do número de telefone da Ouvidoria no sítio eletrônico deste Tribunal. No primeiro trimestre de 2014, 273 das 303 ocorrências respondidas foram recebidas por telefone, já neste ano apenas 67, das 140, foram recebidas por este meio.

Variável	1 TRIM
TContResp	139
TContRec	140
TRespPen	1

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.						
COMO MEDIR	Somatório de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato ($\Sigma \text{DiasUteisResp}$), dividido pelo total de contatos respondidos no período base ($T\text{ContResp}$) $TMRO = (\Sigma \text{DiasUteisResp} / T\text{ContResp})$			UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (nº de dias)		
				QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria						
QUEM ANALISA	Vice-Presidência (VP)						
META	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio inferior a 2 (dois) dias úteis.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor.	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0,8				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º TRIM/15	0,8	2,0
Meta 2015	2				2º TRIM/15		2,0
Histórico					3º TRIM/15		2,0
2012	0,9				4º TRIM/15		2,0
2013	0,4				Resultado 2015		
2014	0,4	Meta 2015					
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>							

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

De acordo com os dados apurados, o tempo médio de resposta às demandas encaminhadas para a Ouvidoria do TRE-RJ atingiu a meta estabelecida para o período, com resultado acima do previsto. Os dados foram obtidos por meio de relatório extraído do Sistema de Ouvidoria, onde ficam registradas todas as demandas direcionadas a esta Unidade, independente do meio de comunicação utilizado. Para aferição dos dados em exame, foram consideradas apenas as Ocorrências que devem ser respondidas pela Ouvidoria, excluindo-se as que foram redirecionadas a outra unidade em razão da competência, ou inadmitidas.

Verifica-se, ainda, que os indicadores relativos às atividades da Ouvidoria limitam-se à análise do tempo para a resposta às demandas, e a quantidades de demandas respondidas, inexistindo indicador para aferição da qualidade das respostas fornecidas, conforme já consignado no Relatório de Auditoria nº 05/2014.

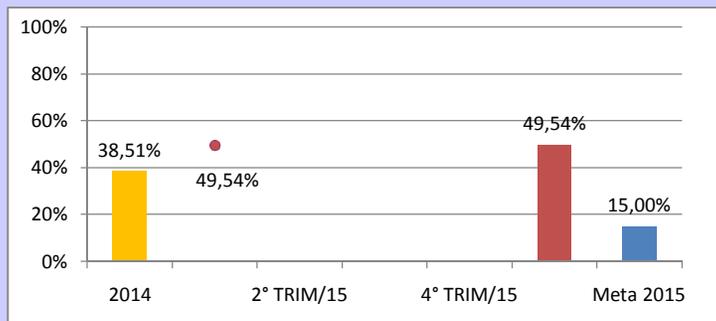
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
ΣDiasUteisResp	111,2	0	0	0
TContResp	139	0	0	0

Monitoramento de Objetivo Estratégico

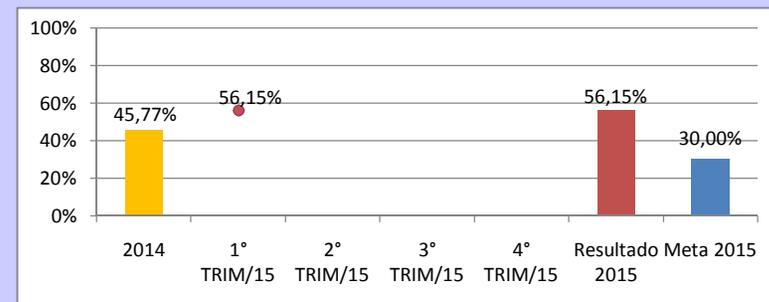
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

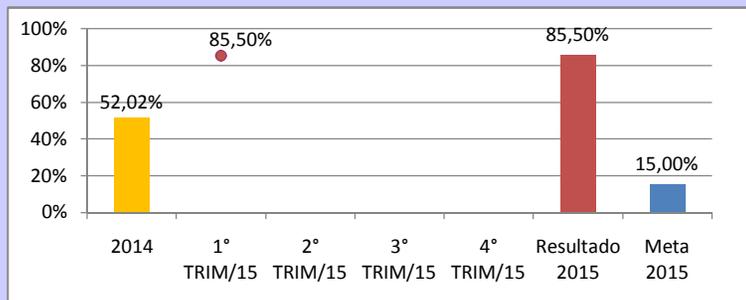
EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)



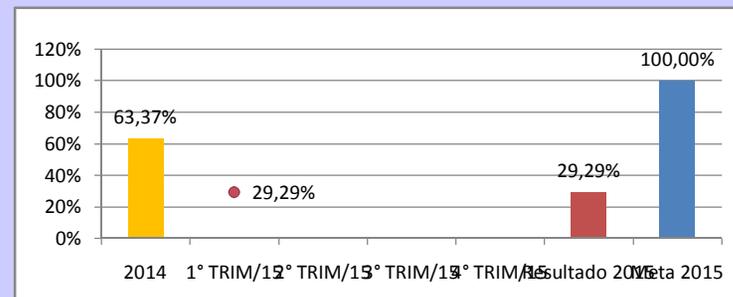
EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)



EO 02 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (1º grau)

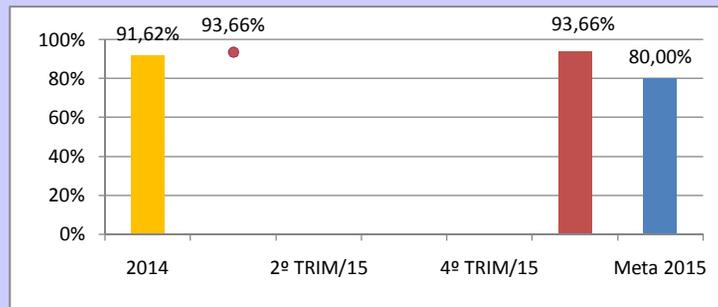


Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

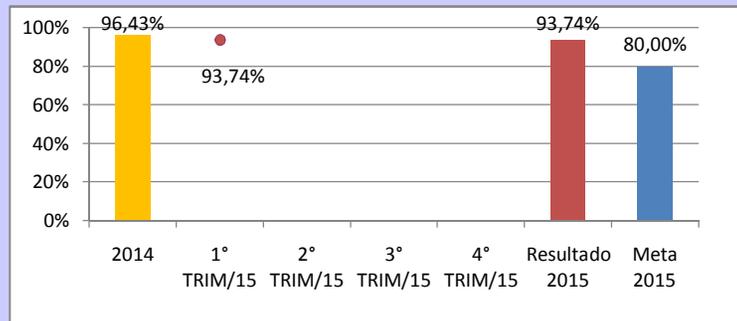
EO 05 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 07 - Prestações de contas julgadas no prazo



EO 06 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)



Projetos Estratégicos

Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício

Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau

Em comparação com o trimestre anterior, houve significativa melhora no indicador (de 65,43% para 56,15%) em direção à meta estipulada (30%). O aumento do número de processos pendentes não chegou a influenciar negativamente o indicador em virtude do aumento do número de baixas. Cabe ressaltar que o alto número de baixas (3.238) decorre dos processos relativos às ausências aos trabalhos eleitorais que, na segunda instância, são tratados como de natureza judicial. Desta forma, poderá haver impacto no índice de congestionamento dos feitos judiciais no 2º grau (EO 02).

EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)

Em comparação com o trimestre anterior, houve significativa melhora no indicador (de 64% para 49,54%) em direção à meta estipulada (15%).

O melhor desempenho deveu-se ao reduzido número de novos processos no 1º grau, situação que provavelmente não se repete no 2º grau considerando as prestações de contas de campanha relativas às últimas eleições gerais de competência originária dos Tribunais Regionais Eleitorais.

EO 06 - Índice de agilidade dos feitos administrativos (1º grau)

Este índice vem apresentando excelentes resultados, atingindo, neste trimestre, 93,74%, bem acima da meta de 80%. Não se vislumbra influência deste índice na segunda instância.

EO 04 - Índice de agilidade dos feitos judiciais (1º grau)

Apesar do resultado não tanto satisfatório, também não se vislumbra influência imediata da agilidade no 1º grau na segunda instância, considerando que o cálculo do indicador não leva em conta o número de novos processos.

No âmbito do segundo grau, a Taxa de Congestionamento no primeiro trimestre ficou em 85,50% devido ao grande número de processos pendentes de julgamento em 31/12/2014. Do total de 3.729 pendentes, a grande maioria, (3.231), trata de processos de Prestações de Contas de candidatos não eleitos, cujo prazo para julgamento encerra-se em em 31 de julho de 2015. Em relação à quantidade de processos novos e baixados, houve entrada de 402 processos e baixa de 599, numa proporção de 1,49 processo baixado para cada processo novo. Em que pesem as iniciativas implementadas e em andamento pela Secretaria Judiciária (sistematização do monitoramento dos feitos e estudo dos relatórios no SADP) e os ganhos de desempenho delas advindos, a meta estabelecida em 15% está aquém do patamar alcançável pela justiça eleitoral, que, mesmo em anos não eleitorais, sofre com o processamento do trabalho residual das eleições, cuja quantidade é bastante significativa. Pelos motivos citados, a taxa de congestionamento nunca alcançou a meta estipulada em 15%. Já o índice de agilidade do primeiro trimestre de 2015 superou a média anual estipulada em 80% devido ao ritmo aplicado aos principais processos eleitorais, que possuem ritos céleres e prazos curtos. Não obstante todos os esforços empregados, que podem ser demonstrados pelo alcance do percentual de 93,66 no índice de agilidade, a taxa de congestionamento manteve-se muito acima da meta estipulada. Considerando ainda que a referida taxa nunca se aproximou da meta estipulada, há que se rever se a referida meta é factível e reflete a realidade prática desta Justiça Especializada. Obs: Com a mudança de gestão e a assunção da nova Secretária Judiciária, os trabalhos do projeto "Estudos dos relatórios do SADP" estão sendo gradualmente retomados.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TJud1º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud1º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud1º), subtraído de 1. TCJud1º = {1 - [(TJud1º / (FNJud1º + FPJud1º))]} x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	49,54%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	49,54%	16,50%
Meta 2015	15,00%					2º TRIM/15		16,00%
Histórico						3º TRIM/15		15,50%
2012	50,21%					4º TRIM/15		15,00%
2013	11,93%					Resultado 2015		
2014	38,51%	Meta 2015						

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.

6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal;
- Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança;
- Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

O índice melhorou em relação ao quarto trimestre de 2014, em função do baixo número de processos novos. Inobstante, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma melhoria expressiva, principalmente pelo fato de o primeiro trimestre de 2014 não ter tido influência de feitos decorrentes do processo eleitoral.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud1	1.147	-	-	-
FNJud1º	85	-	-	-
FPJud1º	2.188	-	-	-

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 2º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (TJud2º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud2º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud2º), subtraído de 1. TCJud2º = {1 - [(TJud2º / (FNJud2º + FPJud2º))]} x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD)							
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 2º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	85,50%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	85,50%	19,50%
Meta 2015	15,00%					2º TRIM/15		18,00%
Histórico						3º TRIM/16		16,50%
2012	38,02%					4º TRIM/16		15,00%
2013	68,82%					Resultado 2015		
2014	52,02%	Meta 2015						

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
- Embargos à Execução; • Exceções; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
- Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
- Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
- Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
- Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
- Suspensão de Segurança/Liminar.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

A Taxa de Congestionamento no primeiro trimestre ficou em 85,50% devido ao grande número de processos pendentes de julgamento em 31/12/2014. Do total de 3.729 pendentes, a grande maioria, (3.231), trata-se de processos de Prestações de Contas de candidatos não eleitos, cujo prazo para julgamento encerra-se em em 31 de julho de 2015. Em relação à quantidade de processos novos e processos baixados, houve entrada de 402 processos e baixa de 599, numa relação de 1,49 processo baixado para cada processo novo.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud2º	599	0	0	0
FNJud2º	402	0	0	0
FPJud2º	3729	0	0	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais						
O QUE MEDE		A relação entre os feitos administrativos baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.						
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T _{BaixAdm1º}), dividido pelo total de feitos administrativos novos (FN _{Adm1º}) acrescido ao total de feitos administrativos pendentes de julgamento (FP _{Adm1º}), subtraído de 1. TCA _{Adm1º} = {1 - [(T _{BaixAdm1º} / (FN _{Adm1º} + FP _{Adm1º}))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau para 30%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	56,15%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	56,15%	30,00%
Meta 2015	30,00%					2º TRIM/15		30,00%
						3º TRIM/15		30,00%
						4º TRIM/15		30,00%
Histórico								
2012	NM							
2013	11,04%							
2014	45,77%							

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:



EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Foi concretizada a previsão da análise do quarto trimestre de 2014, no sentido de aumento de processos baixados. No entanto, não se resultou em uma melhora expressiva do indicador, porque ainda houve no primeiro trimestre de 2015 um número ainda grande de novos feitos (1.718 processos), ensejando a inferir que as autuações de processos de mesários faltosos vêm sendo feitas tardiamente.

Variável	TRIM1
TBaixAdm	2.173
FNAdm1º	1.718
FPAdm1º	3.238

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR: [REDACTED] EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)																				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																				
O QUE MEDE		O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.																				
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano1º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (T _{BaixJud1º}). Ind _{AgJud1º} = (T _{BaixJud<1ano1º} / T _{BaixJud1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual															
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente															
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																				
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																				
META		Alcançar 100% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP															
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/15</td> <td>29,29%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/15</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/15</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/15</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/15	29,29%	100,00%	2º TRIM/15		100,00%	3º TRIM/15		100,00%	4º TRIM/15		100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta																
1º TRIM/15	29,29%					100,00%																
2º TRIM/15						100,00%																
3º TRIM/15						100,00%																
4º TRIM/15						100,00%																
Resultado 2015	29,29%																					
Metas Anuais																						
Meta 2015	100,00%																					
Histórico																						
2012	96,18%																					
2013	96,49%																					
2014	63,37%																					

1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.

2) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.

7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal; • Apuração de Eleição; • Embargos à Execução; • Exceção; • Habeas Corpus;
- Habeas Data; • Mandado de Segurança; • Petição de natureza judicial; • Prestação de Contas;
- Registro de Candidaturas; e • Representação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

Apesar do baixo índice de julgamento de processos com menos de um ano (29,29%), vale ressaltar que o número de processos baixados em menos de um ano foi superior ao número do primeiro trimestre de 2014, no qual somente 102 processos com menos de um ano foram baixados. Já no primeiro trimestre de 2015, embora o índice tenha sido de 29,29%, tivemos um número absoluto de 336 processos baixados em menos de um ano. Considerando-se que o cálculo do indicador tem relação direta com o número de processos baixados com mais de um ano, a piora do indicador não revela uma situação tão preocupante, pois infere-se que os cartórios priorizaram a baixa de 811 processos mais antigos.

Variável	TRIM1
TBaixJud<1anc	336
TBaixJud1º	1147

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais					
O QUE MEDE		O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 2º grau de jurisdição.					
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 2º grau com prazo de tramitação de até um ano (T BaixJud < 1 ano 2º), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T BaixJud 2º). IndAgJud2º = (T BaixJud < 1 ano 2º / T BaixJud 2º) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD)					
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD)					
META		Alcançar 80% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 2º grau, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2015	93,66%					Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15	93,66% / 80,00%
Meta 2015	80,00%					2º TRIM/15	80,00%
Histórico						3º TRIM/15	80,00%
						4º TRIM/15	80,00%
2012	73,50%						
2013	71,55%						
2014	91,62%						

- 1) Apesar da situação inicial ser maior do que a meta prevista, nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria Judiciária tinha processos julgados no estoque, o que acarretou a distorção dos dados medidos.
- 2) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 3) Consideram-se baixados:
 - Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 4) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 5) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 6) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
 - Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
 - Exceções; • Embargos à Execução; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
 - Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
 - Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
 - Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
 - Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
 - Suspensão de Segurança/Liminar

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

O índice de agilidade do primeiro trimestre de 2015 superou a média anual estipulada em 80% devido ao ritmo aplicado aos processos eleitorais, cujos principais são: registros de candidatura, representações e prestações de contas de candidatos eleitos. Tais processos possuem ritos céleres e prazos curtos.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1ano2º	561			
TBaixJud2º	599			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR: EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)							
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE		O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixAdm<1ano1º}), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T _{BaixAdm1º}). IndAgAdm1º = (T _{BaixAdm<1ano1º} / T _{BaixAdm1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META		Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	93,74%						Realizado	Meta	
Metas Anuais							1º TRIM/15	93,74%	80%
Meta 2015	80,00%						2º TRIM/15		80%
							3º TRIM/15		80%
Histórico							4º TRIM/15		80%
2012	NM								
2013	84,23%								
2014	96,43%								

1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.

2) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE; • Composição de Mesa Receptora - CMR; • Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI; • Filiação Partidária - FP; • Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE; • Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE; • Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE; • Registro de Comitê Financeiro - RCF; • Registro de Debates - RD; • Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Apesar de o índice ter tido uma ligeira queda, houve um aumento do número absoluto de processos administrativos baixados com menos de um ano. Ficou confirmada a tendência de superação da meta. Cabe destacar que o estoque de processos com mais de um ano também baixou, o que também é considerado bom.

Variável	TRIM1			
TBaixAdm<1ano1º	2.037			
TBaixAdm1º	2.173			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																	
		INDICADOR:	EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO																
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																		
O QUE MEDE	O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro dos prazos determinados no Calendário Eleitoral.																		
COMO MEDIR	Total de prestações de contas julgadas nos prazos determinados no calendário eleitoral (PCprazo), dividido pelo total de prestações de contas (TPC). PCjulg = (PCprazo / TPC) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
		QUANDO MEDIR:	Bianualmente, em agosto dos anos não eleitorais																
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais																		
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais																		
META	Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012, dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP ou outros														
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		2011	2013																
	REALIZADO	100,00%	93,40%																
	META	100,00%	100,00%																
Resultado no período																			
Resultado 2013	93,40%																		
Metas Anuais																			
Meta 2013	100,00%																		
Histórico																			
2011	100,00%																		
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>Evolução do indicador</p> <table border="1"> <caption>Evolution of the indicator</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Resultado 2013</td> <td>93,40%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2013</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Evolução no ano</p> <table border="1"> <caption>Evolution in the year</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>93,40%</td> </tr> </tbody> </table> </div> </div>						Ano	Valor	2011	100,00%	Resultado 2013	93,40%	Meta 2013	100,00%	Ano	Valor	2011	100%	2013	93,40%
Ano	Valor																		
2011	100,00%																		
Resultado 2013	93,40%																		
Meta 2013	100,00%																		
Ano	Valor																		
2011	100%																		
2013	93,40%																		
Entram na contagem do indicador somente os processos referentes às contas eleitorais.																			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO

Análise de Desempenho:

Na medição do julgamento de prestações de contas de campanha dentro do prazo, ou seja, até o dia 31 de julho de 2013, pode-se perceber que a meta não foi cumprida. Foi atingido índice de aproximadamente 93% de julgamento. Isto mostra que em 7% dos processos ocorreu algum tipo de atraso que impediu o cumprimento do prazo. Este descumprimento da meta impacta na celeridade dos feitos eleitorais e prejudica o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ. Já foram realizadas uma série de medidas por meio de planos de ação para minimizar o atraso de determinados cartórios que estavam em pior situação. A principal fonte de problema detectada é em relação a falta de pessoal para processamento dos feitos e capacitação dos mesmos em análise das prestações. Isto porque muitos cartórios tiveram dificuldade em requisitar pessoal específico para tal análise. É recomendável que sejam estabelecidos convênios com órgãos ou entidades de classe contábeis para que estes profissionais colaborem nos pareceres que, por vezes demoram a ser feitos por servidores da própria Justiça Eleitoral que não tem o devido preparo para analisar as situações. Outra fonte de problema é o grande número de intimações que foram necessárias para chamar ao processo aqueles candidatos que não apresentaram suas contas espontaneamente à Justiça Eleitoral. Nestes casos, o próprio Juiz Eleitoral teria que impulsionar o início do processo e zelar por sua tramitação. A meta, por ser estabelecida pelo Calendário Eleitoral, não pode ser reduzida, contudo, em muitas situações torna-se impraticável atingir a totalidade de julgamentos destes feitos até o dia 31 de julho em decorrência dos problemas anteriormente apresentados.

Variável	2013
PCprazo	21711
TPC	23244

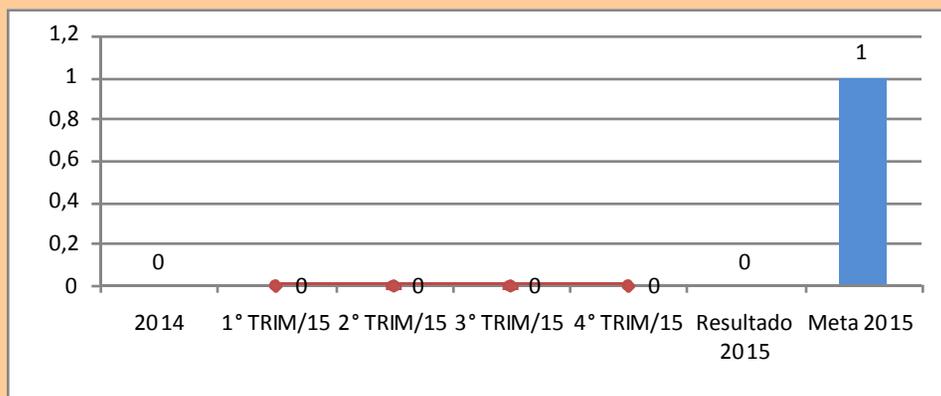
Variável	2011
PCprazo	2.878
TPC	2.878

Monitoramento de Objetivo Estratégico

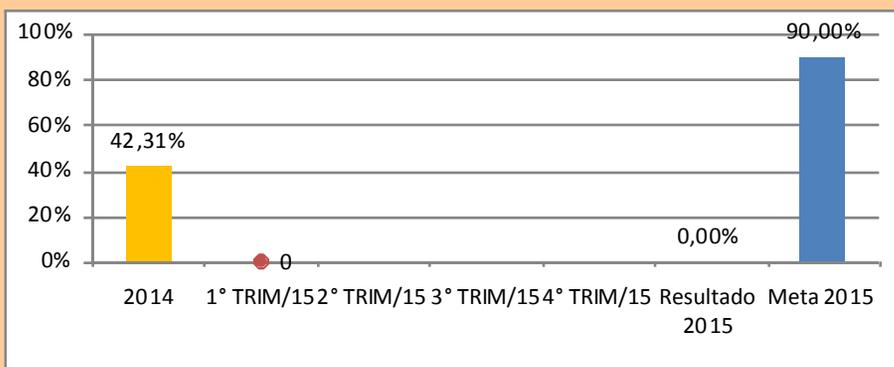
Tema: Acesso

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

ACE 01 - Índice de acesso à Justiça



ACE 02 - Índice de atendimento às demandas de ações de acesso



Projetos Estratégicos

	Ampliação da Cart a de Serviços do TRE-RJ
	Jus t i ç a E l e i t o r a l I t i n e r a n t e
	S i s t e m a t i z a ç ã o d o P r o g r a m a T R E v a i à E s c o l a
	Programa TRE vai à Escola
	Programa TRE Cidadão

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Acesso



Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Análise de Desempenho

1 - O primeiro trimestre de 2015 manteve os mesmo resultado das última avaliações. Nenhuma ação da Justiça Eleitoral Itinerante ou vincualada ao trabalho da EJE foi realizada.

2 – O indicador facilitar o acesso à Justiça Eleitoral medido pelo atendimento aos municípios não sede de zona eleitoral, como já descrito nas avaliações anteriores, não avalia o desempenho do Tribunal. Isso porque a condição não sede de zona eleitoral não significa que exista carência de atendimento da Justiça Eleitoral. No que tange às ações realizadas pela EJE, observa-se que os resultados deste trimestre não atingiram a meta por falta de demanda e de realização espontânea por parte do Tribunal; 3 – O projeto de sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante retornou à gerente para novos estudos, em razão da necessidade de reavaliação do indicador. Em relação às ações da EJE, observou-se que a ausência de divulgação e as reitaradas rejeições ao pedidos diminuiu a procura pelas ações realizadas pelo setor. 4 – A realização das Eleições Gerais, com o respectivo fechamento do cadastro eleitoral, reduziram as possibilidades de realização de ações sociais com objetivos distintos aos da realização do pleito eleitoral. Além disso, as constantes mudanças de Administração vêm se mostrando um dificultador na manutenção de projetos. 5 – Observou-se, em um primeiro momento, que a tecnologia utilizada pelo Tribunal é um risco potencial para o sucesso das ações que facilitam o acesso à Justiça Eleitoral. Há grande dificuldade de atender de modo itinerante a Municípios do Interior, pela impossibilidade de instalação dos postos de atendimento; 6 – A impelmentação da Justiça Eleitoral Itinerante poderá auxiliar na resolução dos prroblemas mais urgente de acesso à Justiça Eleitoral, uma vez que o projeto pretende traçar parâmetros baseados em estudos de necessidades dos municípios. O que, talvez, também auxilie na divulgação das ações ligadas à EJE e, conseqüentemente, o aumento da demanda, hoje com registro nulo. O projeto retornou à gerente e já está em andamento, com previsão de término ainda para este ano.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral						
O QUE MEDE	O percentual de municípios que não são sede de zona eleitoral, atendidos por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária.						
COMO MEDIR	Quantitativo de municípios sem sede de zona eleitoral atendidos (por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária) (QMunAt), dividido pelo total de municípios que não são sede de zona eleitoral (TotMunSemSede), multiplicado por cem. AJ = (QMunAt/TotMunSemSede) x 100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
				QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)						
QUEM ANALISA	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)						
META	Aumentar para 100% os municípios atendidos, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relação de municípios que não sejam sede de zona eleitoral e controle de postos de atendimento e cronograma de atividades da Justiça Eleitoral Itinerante (levantamento de ações realizadas).		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0%				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º TRIM/15	0%	40%
Meta 2015	100%				2º TRIM/15	0%	60%
Histórico					3º TRIM/15	0%	80%
					4º TRIM/15	0%	100%
2012	0%						
2013	0%						
2014	0%						
<p>1) A situação inicial corresponde a 92 municípios no Estado do RJ e 13 municípios que não dispõem de sede de ZE ou posto de atendimento (Pinheiral, Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Varre-Sai, Paty do Alferes, Macuco, São José de Ubá, Cardoso Moreira, Tanguá, Areal, Quatis, Itatiaia, Carapebus).</p> <p>2) A meta de 2014 corresponde à cumulatividade de atendimentos no biênio 2013/2014.</p> <p>3) Considerando que a forma de medição do indicador difere da estabelecida no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, o resultado a ser comunicado deve corresponder ao quantitativo de municípios atendidos (aonde a Justiça Eleitoral chega de alguma forma, seja por justiça itinerante ou estrutura física) em relação ao total de municípios do Estado.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA	

1 – (Síntese do resultado atual) No primeiro trimestre de 2015, não houve nenhum registro de atendimento de ações de acesso; 2 – (Ligações entre objetivos e indicadores) A facilitação do acesso à Justiça Eleitoral através de ações da Justiça Eleitoral Itinerante não vêm se mostrando eficaz. Sobretudo porque a meta primeiramente imposta, de atendimento a Municípios não-sede de zona eleitoral, mostrou-se inviável em razão da tecnologia hoje utilizada pelo TRE/RJ. Além disso, ainda que fosse possível o cumprimento dessa meta, durante os estudos do projeto de sistematização da justiça itinerante, verificou-se que o fato de um município não ser sede de zona eleitoral não significa que esteja prejudicado no acesso à justiça. É necessário que se realize estudo aprofundado sobre as necessidades dos Municípios para que se possa criar parâmetros de análise de necessidade. Sem estudo prévio, não há certeza de que uma demanda atendida facilite o acesso à Justiça, por diversas razões: a demanda pode visar a ações eleitorais; o demandante não verificar se a população a ser atendida possui os documentos necessários para a expedição do título eleitoral; a ação se voltar à comunidade que já tenha facilidade de acesso, como acontece em muitas ações globais, por exemplo; 3 – (Ligações com iniciativas) Não há, hoje, atividades promovidas pelo Tribunal de fomento de ações de acesso à justiça no que tange à Justiça Itinerante. Houve a intenção de firmar parceria com o TJRJ para atender a municípios não-sede de zona eleitoral, no entanto, não se deu andamento às tratativas em virtude da mudança de Administração; 4 – (Potenciais fontes de problemas) Tecnologia disponível não atende às necessidades atuais. Ausência de estudo prévio para analisar quais comarcas/municípios possuem real necessidade de se facilitar o acesso à justiça. Falta de regulamentação que sistematize os procedimentos; 5 – (Pontos de atenção) Não foram atingidas as metas determinadas pelo TSE; 6 – (Recomendações sobre o processo) Urge sistematizar o procedimento. É imprescindível realizar estudos para verificar qual tecnologia possibilitaria atender todo o Estado do Rio de Janeiro, e estabelecer, ainda, uma relação de fatores que indique a real carência de um município em relação ao acesso à justiça; 7 – (Riscos) Falta de orçamento para realização dos estudos e alteração da tecnologia; 8 – (Recomendações sobre metas) Priorizar nas metas as ações realizadas por iniciativa do Tribunal, baseadas em estudos prévios que verifiquem a relação de fatores que apontem a real necessidade de um município em ter o acesso à justiça facilitado. O percentual de solicitações de acesso atendidas não deve ser considerado um índice confiável. Pelas razões expostas acima, as demandas externas nem sempre se fundamentam em necessidades da população a ser atendida. Necessidades que só podem ser moldadas através de estudos direcionados.

Análise de Desempenho: Segundo os dados, verifica-se que a Justiça Itinerante nos moldes em que hoje se define não é prioridade para Administração. O alto custo e a falta de sistematização fundamentada em estudos inviabilizam a concretização das ações. Em que pese nos anos eleitorais todos os esforços do Tribunal estarem voltados para realização das Eleições, a ausência de procedimentos regulamentados aumentam a dificuldade de dar continuidade às ações em anos eleitorais. Além disso, procedimentos não normatizados ficam mais sujeitos às prioridades de cada Administração. Por fim, para que a meta possa ser 100% atingida com resultados fidedignos, precisamos redefini-las e regulamentá-las, sob risco de estarmos sempre ou apresentando 0% da meta atingida ou 100% da meta atingida de modo insatisfatório.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
QMunAt	0	0	0	0
TotMunSemSede	0	0	0	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral						
O QUE MEDE		O percentual de solicitações de ações de acesso atendidas.						
COMO MEDIR		Total de solicitações de ações de acesso atendidas no período base (TSolAcAt), dividido pelo total de ações de acesso demandadas para realização no período base (TSolAc), multiplicado por cem. ADAA = (TSolAcAt / TSolAc) x 100 (Indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
QUEM ANALISA		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
META		Atender 90% das demandas de ações de acesso, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controles sobre as solicitações de ações de acesso.		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0,00%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	0,00%	90%
Meta 2015	90,00%					2º TRIM/15		90%
Histórico						3º TRIM/15		90%
						4º TRIM/15		90%
2012	NM							
2013	62,50%							
2014	42,31%							
<p>1) São consideradas “ações de acesso” as ações da Justiça Eleitoral Itinerante, dos Programas TRE Cidadão e TRE vai à Escola e do Programa Eleitor do Futuro e outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ.</p> <p>2) As solicitações de ações de acesso para atendimento em período base (trimestre) diferente daquele em que foram recebidas pelo TRE deverão ser computadas apenas na medição do período base referente à data para a qual o atendimento está sendo requerido e/ou programado.</p> <p>3) Devem ser excluídas do indicador as solicitações de acesso não legitimadas em norma ou instrução aplicável às ações de acesso da Justiça Eleitoral fluminense.</p>								

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO

Análise de Desempenho (1º trimestre):

Justiça Eleitoral Itinerante:

Programa TRE vai à Escola: 0 atendimento de 0 solicitação

Programa Eleitor do Futuro: 0 atendimento de 0 solicitação

Programa TRE Cidadão: nao houve solicitação

Outras ações: 0 atendimento de 0 solicitação

TOTAL: 0 atendimento de 0 solicitação

Por se tratar de ano não eleitoral, percebe-se a demanda espontânea para as ações educativas praticamente inexistente, haja vista que não houve trabalho de divulgação neste primeiro trimestre . Some-se a isso a suspensão das referidas ações para crianças e adolescentes, no ano passado, que pode ter impactado na reformulação dos pedidos por parte das instituições de ensino que não receberam atendimento no referido período.

Ratifica-se o compromisso para a implementação do plano de ação apresentado por esta Escola e aprovado na última reunião da análise da estratégia, com o fim de melhorar o desempenho do presente indicador.

Releva-se informar a expedição do Ofício-EJE nº 001/2015, através do qual a Direção da EJE convida os juizes eleitorais a participarem do Programa TRE vai à Escola. O expediente, datado de 20/03/2015, solicita manifestação de interesse e informação sobre datas disponíveis, no primeiro semestre, para levar o projeto às escolas públicas das respectivas circunscrições.

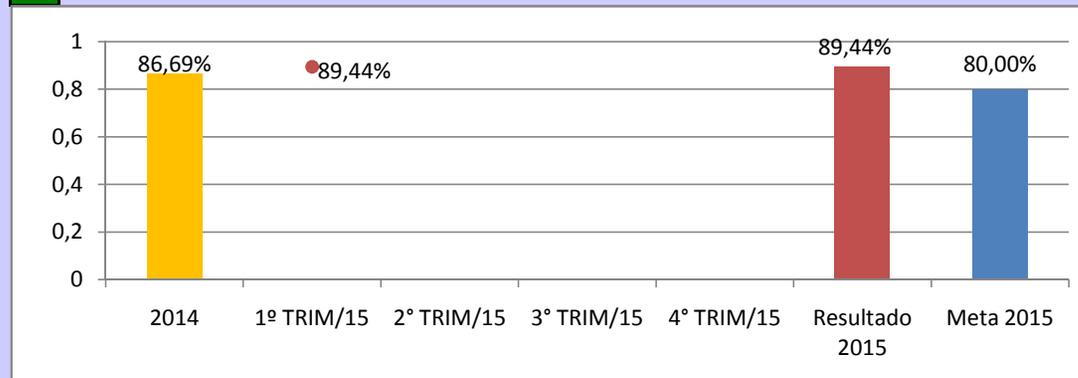
No que se refere à Justiça Eleitoral Itinerante, não houve notificação de realização de ações, nem houve realização espontânea por parte do Tribunal. O único pedido formalizado de instalação de posto itinerante no Município de Varre-Sai foi sobrestado até finalização do Projeto, que permanece com a gerente para andamento. A previsão é que este ano seja finalizado de acordo com as novas metas.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

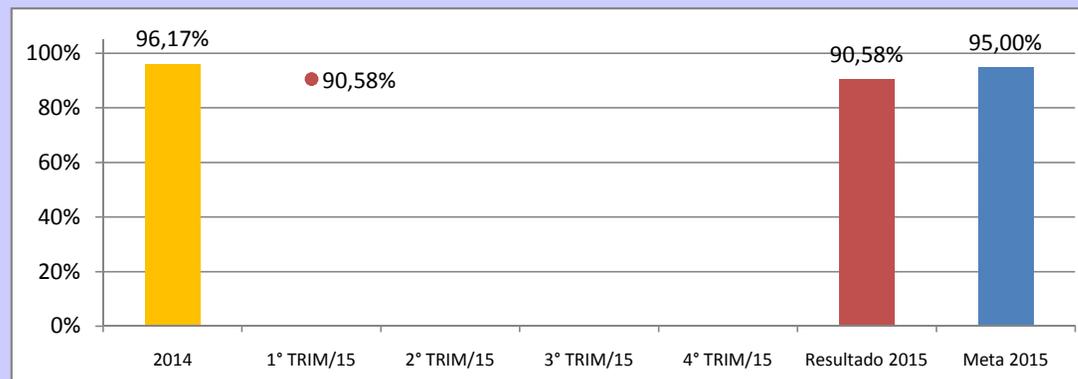
Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 01 - Índice de satisfação dos usuários da internet



AI 02 - Índice de inserções positivas na mídia



Monitoramento de Objetivo Estratégico

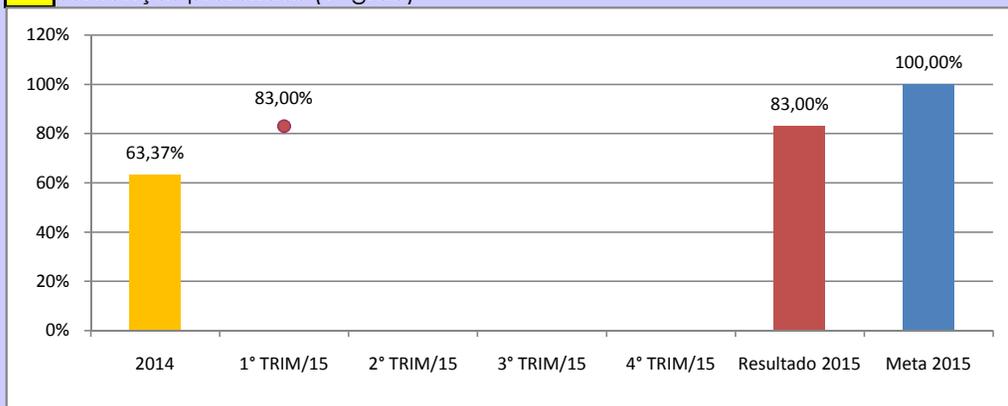
Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos



AI 03 - Percentual de disponibilização na internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)



Projetos Estratégicos

Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
Comitê Gestor do Portal
TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Análise de Desempenho

No 1º trimestre de 2015, o objetivo estratégico “Aprimorar a Comunicação com o Público Externo” apresentou queda no desempenho em relação ao trimestre anterior. Desta vez, em dois dos três indicadores que integram o objetivo - “Disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais” e “Índice de inserções positivas na mídia” - as metas não foram alcançadas. No entanto, é importante destacar que, nos casos em que isso ocorreu, ambos os setores envolvidos implementaram ações para atenuar os resultados negativos, que poderiam ter sido piores. Já o “Índice de satisfação dos usuários da internet”, com 89,44%, superou os números esperados, que eram de 76,25% para este 1º trimestre.

O indicador “Disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais” passou de 63,37%, em 2014, para 83% neste trimestre, uma evolução considerável, a despeito de ainda não ter atingido a meta de 100%. Considerando-se que, neste período, a Corregedoria finalizou, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, a elaboração de relatório específico que automatiza o levantamento das sentenças registradas no SADP, espera-se que o controle e, conseqüentemente, a cobrança em relação ao cumprimento do indicador sejam aperfeiçoados, o que deve se refletir em melhores resultados.

Já o “Índice de inserções positivas na mídia” foi de 90,5%, abaixo, portanto, da meta de 95% estabelecida pelo CNJ para os setores de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário. Esse resultado, no entanto, se deveu essencialmente à repercussão na imprensa de um caso envolvendo a nomeação de um servidor, a qual foi questionada pela opinião pública e gerou 39 matérias negativas. É importante ressaltar, porém, que, excluindo-se as matérias relacionadas a esse tema, teríamos no trimestre 12 matérias negativas, e o índice de inserções positivas seria de 97,6% - ou seja, acima da meta.

No mesmo período, obteve-se ampla divulgação na mídia de assuntos de interesse do Tribunal, como decisões judiciais em 2ª instância (144), prestações de contas (63), cadastramento biométrico (48), eleição suplementar em Natividade (41) e serviços eleitorais (39). Como resultado, tem-se que, apenas no mês de março, foram publicadas na mídia 335 notícias sobre o TRE-RJ, das quais 98,5% positivas, em contraposição a um total de 185 matérias nos meses de janeiro e fevereiro, quando o índice de inserções positivas foi de 76%.

Há quatro projetos estratégicos vinculados ao objetivo. Dois deles - a Política de Comunicação e o Plano Diretor de Comunicação - estão suspensos, tendo em vista que o primeiro é pressuposto para a elaboração do segundo e depende, para a sua execução, da capacitação dos servidores, o que ainda não foi realizado. Com relação à Política de Comunicação, no documento são descritas as diretrizes que normatizam e orientam as ações de comunicação social voltadas para o desenvolvimento e melhoria dos processos de comunicação externa, o que fortaleceria o objetivo estratégico.

Já o projeto TV Corporativa, que aguarda a revisão do portfólio, também contribuirá para o objetivo ao prever um novo canal de comunicação nas centrais de atendimento ao eleitor (CAEs), locais onde há uma maior circulação de pessoas. Em fase de aprovação da Presidência, o projeto Comitê Gestor do Portal, por fim, também impacta o objetivo, pois visa a criar uma comissão que, entre outras tarefas, irá zelar pela atualização das informações no site, o que contribuirá para uma maior fidelidade dos dados disponíveis. Diante de tais argumentos, fica evidente que a execução e a conclusão desses projetos estratégicos são fundamentais para conseguirmos promover um acesso mais efetivo do público às informações sobre o TRE-RJ.

Vale ressaltar que não foram identificados riscos potenciais que precisem ser tratados para assegurar o alcance do objetivo.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:	AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos								
O QUE MEDE	A percepção dos usuários que acessam a Internet em relação às informações e aos serviços disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ.								
COMO MEDIR	Total de usuários satisfeitos (TUSat), dividido pelo número total de usuários respondentes (TResp), multiplicado por cem. SU = (TUSat/TUResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)								
QUEM ANALISA	Seção de Administração Intranet/Internet (SEINTE)								
META	Atingir 80% de usuários satisfeitos, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	89%					Realizado		Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15		89%	76,25%
Meta 2015	80%					2º TRIM/15			77,50%
Histórico						3º TRIM/15			78,75%
2012	72%					4º TRIM/15			80,00%
2013	84%	Resultado 2015							
2014	87%	Meta 2015							
<p>1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".</p> <p>2) Serão considerados usuários satisfeitos aqueles que responderem "bom" ou "ótimo" à pergunta "Como você avalia a sua visita?".</p>									

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET

Análise de Desempenho (1º trimestre)

O resultado de 89,44% de usuários satisfeitos nesse primeiro trimestre representa a retomada da evolução do site, que se deu principalmente pelo retorno dos critérios utilizados anteriormente para a apresentação de conteúdo na página principal.

Para que fatos como esse não ocorram novamente, a SEINTE vai recomendar que o TRE-RJ adote formalmente as normas e diretrizes constantes na cartilha e-PWG - Padrões Web em Governo Eletrônico para nortear as decisões relativas ao desenvolvimento e construção de sites no âmbito do Tribunal facilitando assim a tomada de decisões embasadas em critérios técnicos.

O percentual dos usuários que conseguiram obter no site a informação desejada foi de 80,75%, melhorando o índice anterior, e desse total 90% dos usuários consideraram fácil obter o conteúdo, demonstrando assim que o site apresenta uma boa usabilidade. Agora com a inclusão da pergunta "Foi fácil" no questionário podemos acompanhar melhor essa questão comparando com as próximas avaliações, permitindo assim a adoção de medidas concretas para melhorar e manter esse índice elevado.

A meta para a próxima avaliação será a de diminuir ou zerar as reclamações sobre os resultados das eleições anteriores, com a implementação de consultas em banco próprio (Projeto da SEABAD e SEADES), acabando com a dependência atual com o TSE relativa a esse tipo de conteúdo.

Se obtivermos sucesso nessa iniciativa dentro do prazo estimado, acreditamos que irá refletir positivamente no índice da próxima avaliação.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TUSat	381	0	0	0
TUResp	426	0	0	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos						
O QUE MEDE		O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia.						
COMO MEDIR		Total de matérias positivas veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMatPos), dividido pelo total de matérias veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMat), multiplicado por cem. IPM = (TMatPos / TMat) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Mensalmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)						
META		Manter em 95% o índice de inserções positivas na mídia, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de matérias institucionais		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR								
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2015		90,58%				Realizado		Meta
Metas Anuais								
Meta 2015		95,00%				1º TRIM/15		90,58% 95%
						2º TRIM/15		95%
						3º TRIM/15		95%
						4º TRIM/15		95%
Histórico								
2012		97,71%						
2013		94,89%						
2014		96,17%						
<p>1) A exposição na mídia é considerada potencialmente positiva, assim, matérias positivas incluem matérias neutras sobre o TRE-RJ. 2) O indicador avalia as inserções na mídia impressa, radiofônica, televisiva e digital.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																					
		INDICADOR:	AI 03 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET DA ÍNTEGRA DAS SENTENÇAS PROFERIDAS (1º GRAU)																				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos																						
O QUE MEDE	O percentual de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet até o 5º dia do mês subsequente àquele em que a sentença foi registrada no SADP.																						
COMO MEDIR	Total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP e publicadas, na íntegra, na Internet (TotSentSADPDisp), dividido pelo total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP (TotSentSADP), multiplicado por cem. PercSentDisp1º = [(TotSentSADPDisp/TotSentSADP) x 100]	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																				
		QUANDO MEDIR:	Mensalmente																				
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																						
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																						
META	Disponibilizar, na internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau e lançadas no SADP.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FUNÇÃO DO DADO	SADP (Redação atualizada em 4/Dez)																		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR																							
Resultado no período		<table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Evolução do Indicador</caption> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Valor (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2014</td> <td>63,37%</td> </tr> <tr> <td>1º TRIM/15</td> <td>83,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/15</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/15</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/15</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Resultado 2015</td> <td>83,00%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2015</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>				Período	Valor (%)	2014	63,37%	1º TRIM/15	83,00%	2º TRIM/15	-	3º TRIM/15	-	4º TRIM/15	-	Resultado 2015	83,00%	Meta 2015	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Período	Valor (%)																						
2014	63,37%																						
1º TRIM/15	83,00%																						
2º TRIM/15	-																						
3º TRIM/15	-																						
4º TRIM/15	-																						
Resultado 2015	83,00%																						
Meta 2015	100,00%																						
Resultado 2015	83,00%	Realizado	Meta																				
Metas Anuais		1º TRIM/15	83,00%	100%																			
Meta 2015	100,00%	2º TRIM/15	-	100%																			
Histórico		3º TRIM/15	-	100%																			
2012	NM	4º TRIM/15	-	100%																			
2013	NM																						
2014	63,37%																						

A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 03 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET DA ÍNTEGRA DAS SENTENÇAS PROFERIDAS (1º GRAU)

Neste 1º trimestre de 2015, a Corregedoria deu continuidade e finalizou, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, a elaboração de relatório específico que automatiza o levantamento das sentenças registradas no SADP, durante o período de referência (mês), em que não houve a utilização dos comandos relacionados à sua publicação na internet.

O relatórios desenvolvidos foram utilizados para o levantamento do indicador no mês de março de 2015. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, enquanto os relatórios não se encontravam concluídos, foram utilizados os relatórios CRE CNJ 1.3 e CRE CNJ 1.4, com o levantamento dos processos que tiveram sentenças registradas no SADP no período (mês) e posterior consulta um a um para verificar a efetiva publicação do inteiro teor dessas decisões na internet.

O plano de ação adotado por esta corregedoria no 4º trimestre de 2014, continua sendo adotado no trimestre em questão, a saber: cobrança por email, com prazo de 5 dias para que as sentenças sejam disponibilizadas na internet, além de orientações de como proceder no sistema para atender a cobrança. Após o decurso do prazo estipulado, nova consulta é realizada, confirmando o cumprimento da determinação.

Cabe ressaltar que o indicador obteve uma melhora acentuada, se comparado ao trimestre anterior, provavelmente por conta do plano de ação adotado nos últimos meses.

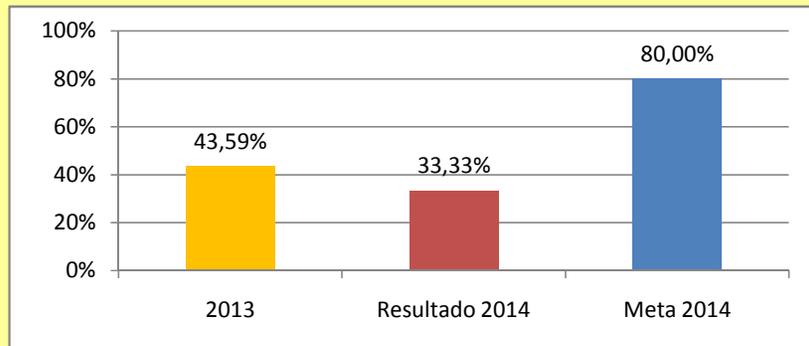
Variável	jan/15	fev/15	mar/15
TotSentS			
ADPDisp	100	93	139
TotSentSA	114	110	176

Monitoramento de Objetivo Estratégico

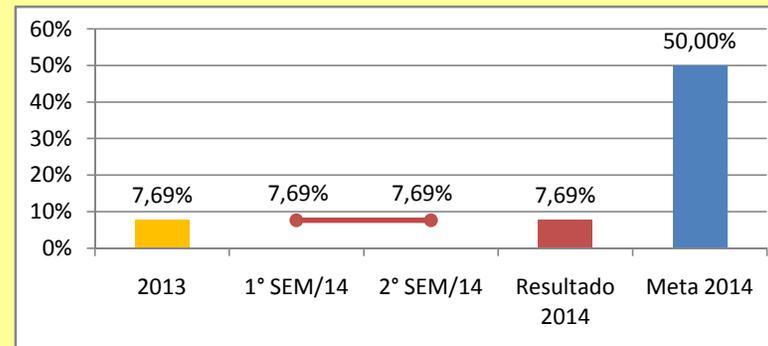
Tema: Alinhamento Estratégico

Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

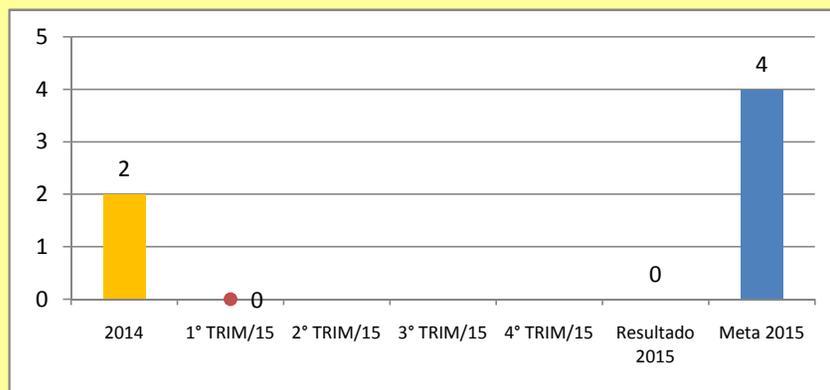
AE 01 - Índice de alcance das metas estratégicas



AE 02 - Índice de desdobramento da estratégia



AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia



Projetos Estratégicos

- Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ
- Sistema de Gestão da Estratégia
- Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico



Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

Análise de desempenho (1º trimestre - 2015):

O desempenho do objetivo não sofreu evolução, apresentando resultado insatisfatório em decorrência do desempenho dos três indicadores associados. Somente o indicador "AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia" tem medição trimestral e seu desempenho não alcançou a meta prevista de uma reunião no período. Os demais foram mensurados no início do exercício de 2015 devido às periodicidades, anual ou semestral.

Das iniciativas vinculadas ao objetivo, o projeto "Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ" está em andamento, porém com significativo atraso. O projeto "Sistema de Gestão da Estratégia" também está em andamento, em fase de operação assistida, em que as diversas unidades usuárias da ferramenta são orientadas sobre sua utilização. O projeto "Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ" foi concluído em abril de 2015, razão pela qual sua sinalização permanece "vermelha", uma vez que corresponde ao status ao final do primeiro trimestre de 2015.

Dentre as possíveis fontes de problemas que possam estar impactando no desempenho do objetivo, destaca-se a falta de sistematização das Reuniões de Análise da Estratégia. Tais reuniões são o fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional. Sob tal aspecto, o alcance de metas também fica prejudicado.

No entanto, não se pode perder de vista que o envolvimento de todo o corpo gerencial com a estratégia é o principal fator para o sucesso de uma gestão orientada a resultados. Nesse sentido, é necessário que os respectivos responsáveis apropriem-se de forma mais efetiva do desempenho de indicadores e objetivos. Além disso, com a geração de planos de ação para melhoria do desempenho, também se faz necessário aprimorar o processo de monitoramento e controle de tais planos. A ASPLAN está criando sistemática de controle para acompanhar o desenvolvimento dos planos de ação pelos respectivos responsáveis.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES											
		INDICADOR:		AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS									
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados											
O QUE MEDE		O percentual de metas estabelecidas no Plano Estratégico com desempenho satisfatório.											
COMO MEDIR		Total de metas do Plano Estratégico com desempenho satisfatório (TMetPlanEstDesSat), dividido pelo total de metas do Plano Estratégico (TMetPlanEst), multiplicado por cem. AME = (TMetPlanEstDesSat/TMetPlanEst) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual						
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.						
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)											
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)											
META		Alcançar 80% das metas estabelecidas, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Análise da Estratégia						
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2014</td> <td>33,33%</td> <td>80,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	2014	33,33%	80,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta							
2014	33,33%					80,00%							
Resultado 2014	33,33%												
Metas Anuais													
Meta 2014	80,00%												
Histórico													
2011	45,15%												
2012	33,33%												
2013	43,59%												
<p>1) Este indicador não será computado no cálculo da meta.</p> <p>2) Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta.</p> <p>3) Os índices apurados em 2010 e 2011 refletem o resultado de metas atingidas, e não o resultado de metas com desempenho satisfatório.</p>													

ANÁLISE DE INDICADORES

INDICADOR:

AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

O resultado do indicador demonstra o não atingimento da meta estabelecida para o ano de 2014. O resultado de 33,33% está bastante aquém da meta de 80% estabelecida e denota, ainda, a piora de desempenho em relação ao exercício de 2013, qual seja, 43,59%.

No que se refere à evolução de desempenho das metas estratégicas ao longo do ano de 2014, extrai-se que não houve qualquer alteração significativa, já que a média geral de metas consideradas satisfatórias ao longo do ano foi de 33,97% (41,03%, no primeiro trimestre; 30,77%, no segundo trimestre; 30,77%, no terceiro trimestre; 33,33%, no quarto trimestre).

Assim, dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo), observa-se:

13 (treze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável ao final de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% dos 39 indicadores. Esse resultado demonstra a piora em relação ao final do exercício de 2013, quando 17 indicadores (43,59%) apresentaram desempenho satisfatório;

20 (vinte) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 51,28% dos 39 indicadores. Esse resultado também representa piora de desempenho em relação ao final do exercício de 2013, quando 16 indicadores (41,03%) receberam a sinalização vermelha;

2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13% dos 39 indicadores. Tal resultado, espelhando os anteriores, também foi pior do que o alcançado ao final de 2013, quando apenas 1 indicador (2,56%) demandava atenção.

4 (quatro) indicadores encontram-se indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição.

Nesse contexto, deve-se destacar a importância de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir a alcance da estratégia institucional.

Variável	2014
TMetPlanEstDesSat	13
TMetPlanEst	39

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE	O número de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada em relação ao número total de unidades da Sede do TRE-RJ.						
COMO MEDIR	Total de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada (TUniSedDesd), dividido pelo Total de unidades da Sede do TRE-RJ (TUniSed), multiplicado por cem. DE=(TUniSedDesd)/(TUniSed) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual				
		QUANDO MEDIR:	Semestralmente				
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META	Desdobrar a estratégia para 50% das unidades da Sede do TRE-RJ, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de unidades desdobradas		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	7,69%					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º SEM/14	7,69%	40,00%
Meta 2014	50,00%				2º SEM/14	7,69%	50,00%
Histórico							
2011	0,00%						
2012	7,69%						
2013	7,69%						
Serão consideradas as seguintes unidades para o cálculo do indicador: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinete dos Juízes Membros, Escola Judiciária Eleitoral, Assessoria de Comunicação Social, Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Controle Interno e Auditoria.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

Análise de desempenho (4º trimestre/2014)

O indicador não alcançou o desempenho estimado para o ano de 2014, isto é, 50% de unidades desdobradas, o que corresponde a 6 unidades, mantendo-se a mesma situação do primeiro semestre de 2014, com apenas uma unidade desdobrada, qual seja, a Secretaria de Tecnologia da Informação.

O desempenho do indicador está intrinsecamente relacionado ao desempenho do projeto "Desdobramento da Estratégia", consignado no Plano Estratégico. Referido projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2013 e tem como produto final a elaboração de mapas estratégicos ou painéis de contribuição para seis unidades da Sede até o final do exercício de 2014. Tal escopo foi associado ao cumprimento da meta pretendida de 50% de unidades desdobradas até o final de 2014. Ocorre que, conforme consta do Termo de Abertura do Projeto, uma das entregas, já concluída, foi a capacitação dos servidores, que somente foi encerrada no final de novembro de 2013, impactando no tempo de execução do projeto e, via de consequência, no cumprimento da meta. Com base nos conhecimentos obtidos durante a capacitação, foi possível, ainda, observar a complexidade da atividade de desdobramento. Assim, a meta estabelecida para o indicador pode ser considerada bastante audaciosa.

Conforme informado no último relatório, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de execução do projeto foi impactado pelas mudanças ocorridas no corpo gerencial das referidas unidades, no início de 2014, e pelo aumento do volume de trabalho típico dos anos eleitorais, dificultando a realização de reuniões sistemáticas entre a gerência do projeto e representantes das duas secretarias. O desdobramento das duas secretarias permanece em andamento, estando já em fase final na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Em razão do encerramento da vigência do plano estratégico do TRE-RJ em dezembro de 2014 e da decisão do Exmo. Sr. Desembargador Presidente no Prot. nº 251.328/2014, em 17/12/2014, que suspende por 120 dias o processo que versa sobre a prorrogação da vigência do referido plano até dezembro de 2015, sugere-se que seja dada continuidade ao desdobramento da SAD e da SGP, que o cronograma de desdobramento das demais unidades seja estabelecido pelo Comitê Gestor da Estratégia levando-se em consideração a necessidade de formulação de novo plano estratégico e, por fim, a consequente adequação da meta do indicador a tal definição.

Vale reiterar o impacto positivo do desdobramento da estratégia, não apenas sobre o objetivo a ele vinculado, mas também sobre todos os demais objetivos a serem consignados na estratégia do TRE-RJ, na medida em que as unidades passam a ter seus próprios mapas estratégicos ou painéis de contribuição alinhados à estratégia organizacional, oportunizando a sinergia de esforços, a otimização de recursos, o acompanhamento do desempenho das unidades de forma objetiva, a melhoria do processo de tomada de decisões estratégicas e, consequentemente, a concretização da estratégia.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TUniSedDe	1	1
TUniSed	13	13

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver a gestão orientada a resultados							
O QUE MEDE	O número de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) realizadas.							
COMO MEDIR	Somatório de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas NR = \sum Rae (indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Numeral		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)							
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)							
META	Realizar 4 reuniões, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Cronograma e Atas de Reunião de Análise da Estratégia			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15	0	1
Meta 2015	4					2º TRIM/15		2
Histórico						3º TRIM/15		3
2013	1					4º TRIM/15		4
2014	2	Resultado 2015	0					
<p>As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, em observância ao art. 5º da Resolução CNJ nº 70/2009.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA	

Análise de desempenho (1º trimestre - 2015)

A meta estabelecida para o primeiro trimestre de 2015, isto é, realização de uma Reunião de Análise da Estratégia no período, não foi atingida, uma vez que não foi realizada a RAE prevista para fevereiro de 2015, conforme disciplina o art. 6º do Ato GP nº 391/2012, a saber: "As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro". Referida reunião deveria ter como pauta o desempenho estratégico no ano de 2014. No entanto, o Relatório de Análise da Estratégia correspondente (Prot. nº 25.933/2015) foi aprovado somente em maio de 2015.

Conforme consta do plano de ação aprovado na RAE realizada em 27 de maio de 2014, deve ser submetido ao Comitê de Gestão da Estratégia, pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão, o cronograma de atividades para realização das Reuniões de Análise da Estratégia. Estima-se que referido cronograma, a ser apresentado na primeira RAE de 2014, proporcione maior divulgação dos prazos a serem observados pelas diversas unidades do Tribunal e, via de consequência, atendimento mais efetivo no dispositivo contido no normativo acima mencionado.

Entende-se que o indicador em questão, conforme já manifesto em relatórios anteriores, ao avaliar o número de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas, tem por objetivo precipuo a sistematização do processo de avaliação do desempenho estratégico como forma de desenvolver a gestão orientada a resultados, sendo recomendável a observância à periodicidade trimestral como forma de garantir respostas rápidas e eventuais desvios identificados no curso da execução da estratégia. Isto, porque as RAE constituem-se no fórum ideal para o diálogo estratégico, onde são avaliados objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidos pela estratégia institucional e o desempenho organizacional sistemicamente, orientado a tomada de decisões de forma objetiva e com foco em resultados. Sob tal aspecto, a não realização dessas reuniões constitui-se em risco ao processo de gestão estratégica, uma vez que eventuais desvios poderão não ser corrigidos no tempo necessário para obtenção dos resultados almejados pelo TRE-RJ. Ademais, o resultado do indicador pode servir como um termômetro sobre o amadurecimento institucional em relação ao processo de gestão estratégica.

Importante salientar que a vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ foi prorrogada para dezembro de 2015, por meio da Resolução TRE-RJ nº 918/2015.

Variável	1 TRI	2 TRI	3 TRI	4 TRI
Análise de	0			

Monitoramento de Objetivo Estratégico

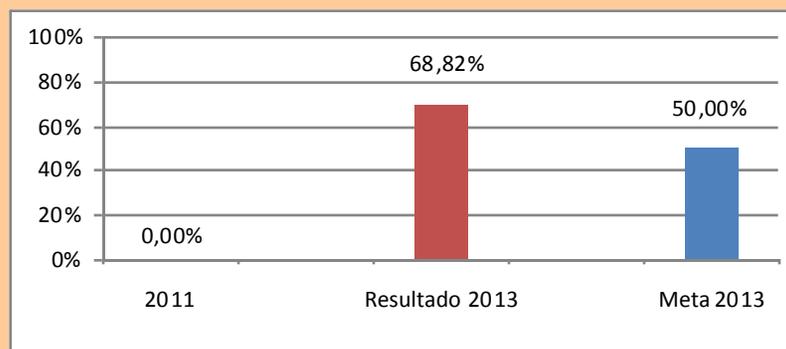
Tema: Gestão de Pessoas



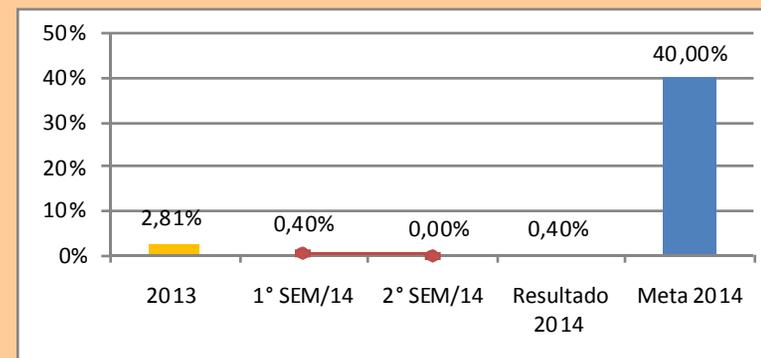
Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia



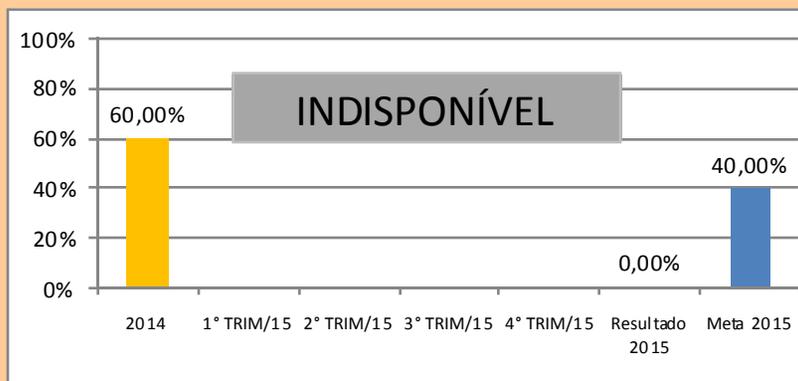
GP 04 - Clima organizacional



GP 06 - Índice de participação de magistrados



GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo



Projetos Estratégicos

	Gestão do Clima Organizacional
	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT
	Banco de Boas Práticas
	Espaço Colaborativo
	Programa TRE vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Reconhecimento do trabalho voluntário em ações de cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

Exemplo de preenchimento:

1 – Síntese do resultado atual; 2 – Relação dos indicadores vinculados ao objetivo com seu desempenho; 3 – Relação do andamento das iniciativas/impacto com o desempenho do objetivo; 4 – Potenciais fontes de problemas que estejam impactando no desempenho do objetivo; 5 – Riscos potenciais que precisam ser tratados para assegurar o alcance do objetivo; 6 – Recomendações sobre processos que tenham relação com o objetivo.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES											
		INDICADOR:	GP 04 - CLIMA ORGANIZACIONAL										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia											
O QUE MEDE		A percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho.											
COMO MEDIR		Total de avaliações positivas (TAavalPos), dividido pelo total de avaliações (TAval), multiplicado por cem. CO=(TAavalPos/TAval) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual						
						QUANDO MEDIR:	Bianualmente, em anos não eleitorais.						
QUEM MEDE		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)											
QUEM ANALISA		Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)											
META		Alcançar 50% de satisfação global, em 2013.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Pesquisa de Clima Organizacional						
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td></td> <td>50,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	2015		50,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta							
2015						50,00%							
Resultado 2015													
Metas Anuais													
Meta 2015	50,00%												
Histórico													
2011	NM												
2013	68,82%												

<p>Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</p>	ANÁLISE DE INDICADORES	
INDICADOR:		GP 04 - CLIMA ORGANIZACIONAL
<p>O Clima Organizacional tem medição bianual, em anos não eleitorais.</p> <p>Uma nova pesquisa de Clima Organizacional será realizada em 2015.</p> <p>No entanto, apesar de ter sido solicitado ao TSE o valor de R\$ 27.000,00, na proposta orçamentária para 2015 para contratação de empresa para realização de Pesquisa Organizacional no TRE-RJ, em 2015, este montante não foi aprovado, não havendo, portanto, orçamento disponível para tal finalidade.</p> <p>Porém, do orçamento disponível da COEDE para 2015, ou outra unidade deste Regional, poderá ser estudada a transferência de valores entre rubricas a fim de permitir a contratação de empresa para o citado fim, caso a administração superior entenda que sua realização seja prioritária.</p> <p>Assim, uma das dificuldades que podem impactar na não aplicação da Pesquisa Organizacional e, conseqüentemente, no correspondente indicador de desempenho, em 2015, refere-se a questão orçamentária para contratação de empresa, que se faz necessária, tendo em vista a falta de maturidade da equipe para realizar as análises qualitativa e quantitativa dos resultados.</p>		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	GP 05 - ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia						
O QUE MEDE	O percentual médio de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo.						
COMO MEDIR	Soma do percentual de Cartórios Eleitorais participantes em cada tema (PCartPT), dividida pelo total de temas (TT) $ICartPEC = (\sum P_{CartPT}) / TT$ Onde: $PPCEF = [N_{CartPT} (\text{número de Cartórios Eleitorais que participaram do tema}) / T_{Cart} (\text{número total de Cartórios Eleitorais})] \times 100$	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual				
		QUANDO MEDIR:	Mensalmente				
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META	Alcançar 40% de participação média, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de cartórios eleitorais participantes por tema de discussão		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR							
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º TRIM/15		90%
Meta 2015	40,00%				2º TRIM/15		90%
Histórico					3º TRIM/15		90%
2014	NM	4º TRIM/15		90%			
		Resultado 2015		0%			
		Meta 2015		40,00%			
Caberá a cada unidade mediadora de tema de discussão consolidar mensalmente o percentual de cartórios eleitorais participantes no tema sob sua responsabilidade.							

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

GP 05 - ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO

Análise de desempenho (1º trimestre):

O indicador permanece não disponível tendo em vista que o Espaço Colaborativo ainda não foi implementado.

Conforme destacado nas últimas análises, a ferramenta para implementação do canal de comunicação denominado "Espaço Colaborativo" encontra-se finalizada, devendo ainda ser validada. De acordo com o Planejamento do Projeto, restaria para sua conclusão apenas a etapa de divulgação aos gestores e servidores, após a aprovação da norma que regulamenta o uso da ferramenta.

Ocorre que, tendo transcorrido um grande lapso temporal desde os estudos e planejamento realizados para a concepção do canal de comunicação, entende-se necessária uma reavaliação dos produtos já gerados, a fim de verificar se ainda permanecem aderentes aos objetivos pretendidos pelo Projeto.

Mais uma vez, salienta-se o fato da medição do indicador estar atrelada exclusivamente a este projeto, que, por estar paralisado há vários meses, vem impedindo uma melhor avaliação do objetivo a ele vinculado. Assim, propõe-se avaliar a possibilidade de revisão do indicador, de maneira que outros canais de comunicação, que da mesma forma objetivam a participação de toda a instituição no alcance dos resultados estratégicos, sejam computados no indicador.

Por fim, destaca-se novamente que, ao se analisar o resultado da pesquisa de clima divulgado em abril de 2014, principal indicador atrelado ao objetivo estratégico em comento, verifica-se que diversos itens relacionados à comunicação interna obtiveram uma avaliação final insatisfatória, como, por exemplo, "clareza dos objetivos estratégicos", "comunicação" e "integração entre as unidades", o que aponta para a importância de tornar mais efetivos os canais de comunicação interna utilizados no Tribunal.

Variável	jan/15	fev/15	mar/15
PCartPT	0	0	0
TT	0	0	0
NCartPT	0	0	0
TCart	249	249	249

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia						
O QUE MEDE		O percentual de participação dos magistrados em ações alinhadas à estratégia.						
COMO MEDIR		Total de magistrados que participaram em ações orientadas para a execução da estratégia (TMagAçõExecEst), dividido pelo total de magistrados (TMag), multiplicado por cem. IPM = (TMagAçõExecEst/TMag)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
QUEM ANALISA		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
META		Alcançar 40% de participação, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios das ações e controle de magistrados da SGP
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0,40%						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º SEM/14	0,40%	32,50%
Meta 2014	40,00%					2º SEM/14	0,00%	40,00%
Histórico								
2011	3,61%							
2012	8,03%							
2013	2,81%							
<p>1) Para cálculo do indicador serão consideradas as ações estratégicas cuja participação dos magistrados seja de caráter voluntário.</p> <p>2) Deverá ser considerado um magistrado por cartório eleitoral para o cômputo do "total de magistrados".</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS

Análise de Desempenho (2º semestre)

Banco de voluntários no 2º sem 2014: 12 magistrados.
sem/2014: 0

Número de magistrados atuantes no 2º

Em razão da suspensão das ações sócio-educativas para crianças e adolescentes, a partir de agosto, por conta do período eleitoral, não houve demanda para realização do Programa TRE vai à Escola, no segundo semestre. A medida se deu por interpretação extensiva da decisão do Exmº Sr. Presidente nos autos do protocolo nº 89.686/2013, que trata do Programa Eleitor do Futuro. A priorização dos projetos publicitários sob responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral impactou nas ações de fomento à participação dos magistrados.

Por outro lado, será apresentada sugestão de nova ficha do presente indicador na próxima reunião de análise da estratégia, cuja aprovação poderá alavancar o desempenho deste GP06, a fim de que seja monitorado o índice de participação de magistrados como integrantes do banco de voluntários em ações de cidadania.

Espera-se, ainda, que com a implementação do plano de ação apresentado por esta Escola e aprovado na última reunião da análise da estratégia, seja possível melhorar o desempenho não só do indicador objeto da presente análise, mas, também, do indicador ACE 02 - índice de atendimento às demandas de acesso e do indicador RSA 02 - número de pessoas atingidas pelos projetos sociais, além de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos correspondentes.

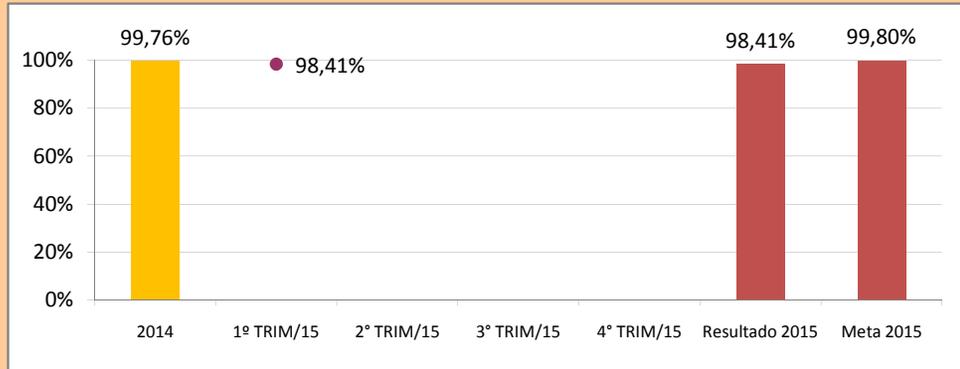
Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMagAçãoExecEst	1	0
Tmag	249	249

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

IT 04 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC



IT 05 - Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ



Projetos Estratégicos

Modernização do Data Center
Programa Segurança da Informação
Georreferenciamento das Zonas Eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Análise de Desempenho

1 - A infraestrutura de TIC tem permanecido estável, sem a ocorrência de problemas que afetem significativamente sua disponibilidade. O principal obstáculo enfrentado permanece sendo relacionado à demanda e disponibilidade de novos serviços. Permanece a carência de melhorias, especialmente no que se refere à infraestrutura física, ao quantitativo de pessoal e à estrutura funcional da Coordenadoria de Infraestrutura. Estes três fatores têm trazido obstáculos à ampliação dos serviços oferecidos e à manutenção de alguns serviços.

2 - Os indicadores vinculados ao objetivo apresentam vínculo direto com o desempenho da infraestrutura. Destacamos que o indicador IT05 apresenta uma melhor visão do objetivo em razão de ser um índice relacionado a diversos aspectos que influenciam na gestão da infraestrutura de TI (pessoal, equipamentos, sistemas etc.), embora tenha medição anual. O indicador de disponibilidade dos sistemas essenciais apresenta uma visão mais operacional do desempenho de parte significativa da infraestrutura, porém é relacionado somente a determinados serviços sem levar outros fatores em consideração.

3 - Dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo, os dois com maior impacto são os de Modernização do Datacenter e Programa Segurança da Informação. Este último não se relaciona somente com a questão da infraestrutura de TI, mas com diversos outros objetivos e processos do TRE uma vez que abrange muito mais que a questão da tecnologia. O projeto Modernização do Datacenter tem correlação com o Programa Segurança da Informação na medida que atende a necessidades de segurança e disponibilidade das informações. O projeto Georreferenciamento das Zonas Eleitorais possui pouca relação com o fornecimento da infraestrutura de TI, sendo relacionado a outros objetivos estratégicos, uma vez que constitui ferramenta para análise e acesso a diversas informações relacionadas às zonas eleitorais, permitindo um melhor planejamento das ações voltadas ao atendimento aos eleitores e necessidades dos cartórios. Dos projetos estratégicos relacionados ao objetivo podemos dizer que os projetos Segurança da Informação e Georreferenciamento já tiveram praticamente suas atividades encerradas, tendo sido apresentada praticamente a totalidade dos produtos apresentados no escopo dos mesmos, restando somente a aprovação da minuta de Política de Segurança da Informação e término da aprovação dos limites geográficos apresentados para as zonas eleitorais e finalização de capacitação na ferramenta de disponibilização dos dados geográficos. Já o projeto Modernização do Datacenter está previsto para ter início no segundo trimestre de 2015.

4 - Por apresentar uma visão bastante abrangente do objetivo, a análise do indicador IT05 representa grande parte da análise do objetivo estratégico. Daí se pode identificar os principais problemas que impactam no objetivo. O principal problema verificado é a reduzida mão-de-obra especializada para o desenvolvimento das atividades. Esta é uma variável relevante no cálculo do índice de porte do CNJ e no caso específico do TRE-RJ tem gerado impacto negativo em outras atividades, tais como troca do parque de computadores e desenvolvimento de sistemas. Como medida para reduzir este impacto, está sendo ampliada a gama de tarefas realizadas por empresas contratadas e no primeiro trimestre de 2015 foi iniciada a troca de computadores da sede do TRE-RJ utilizando-se pessoal do novo contrato de infraestrutura disponibilizado pelo TSE. A substituição de equipamentos mais antigos por novos trará impacto positivo no porte de tecnologia no quesito idade média dos computadores. porém, infelizmente, ainda não foi possível iniciar a troca dos equipamentos dos cartórios, o que reduz os avanços neste mesmo quesito. Outro problema que traz impacto negativo na execução de algumas tarefas é a questão da organização funcional da STI. A Coordenadoria de Infraestrutura tem sofrido com dificuldades na gestão de suas atividades em razão do grande número de atribuições e seções vinculadas à coordenadoria.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

 **Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC**

Análise de Desempenho

A estrutura organizacional da COINF foi o resultado da fusão de atividades do que seriam duas coordenadorias, a de Soluções Corporativas e a de Infraestrutura. A COINF é responsável por todas as questões de infraestrutura, assim como suporte e desenvolvimento de soluções. No TSE e em outros regionais estas atividades estão divididas em duas ou três coordenadorias. Este agrupamento de funções torna a COINF a coordenadoria do Tribunal com mais seções vinculadas à mesma, totalizando 6 (seis) seções, enquanto a média das demais coordenadorias é de 3 (três) seções. Esta sobrecarga de funções acarreta em pouco tempo para planejamento das ações e acompanhamento da execução das atividades pela responsável pela gestão da unidade. Um terceiro problema crítico é a questão do espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, pois existe previsão de descarte de um significativo percentual das urnas existentes e respectivo recebimento de grande volume em substituição. Atualmente os depósitos de urna operam bem próximos da capacidade máxima de armazenamento e já não apresentam boas condições para atender à previsão de crescimento do eleitorado a médio prazo, porém as operações de recebimento e descarte deverão extrapolar a capacidade existente já no próximo ano, o que gera a necessidade urgente de obtenção de novos espaços para armazenamento de urnas eletrônicas.

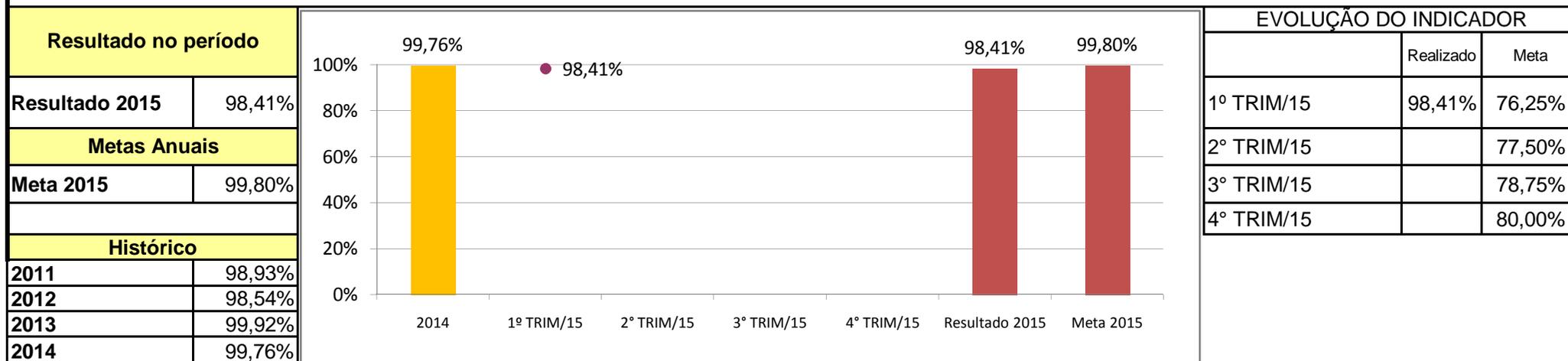
5 - Os principais riscos identificados estão relacionados à infraestrutura física do datacenter, uma vez que está operando sem alguns controles necessários e com uma infraestrutura elétrica, de climatização e de segurança física não apropriada para a relevância das informações e serviços disponibilizados. Este risco será tratado com a execução do projeto Modernização do Datacenter, que finalmente obteve dotação orçamentária para o próximo exercício, porém será necessário um comprometimento de outras áreas do tribunal para o bom andamento da especificação dos serviços e da contratação e execução das atividades. A realização de revisões biométricas também deverá afetar a execução do projeto Modernização do Datacenter, uma vez que deverá trazer necessidades maiores de disponibilidade, reduzindo as janelas de manutenção e o tempo disponível para elaboração dos documentos necessários para a contratação e para o acompanhamento da execução dos serviços. O recadastramento biométrico também deverá trazer impacto na disponibilidade do site Internet caso o volume de acessos venha a extrapolar a capacidade disponibilizada pelo TSE para o equipamento servidor site do TRE-RJ na Internet, o que será bem provável em caso de um município com mais de 200 mil eleitores. Outro fator que deve ser influenciado pelo recadastramento é a troca dos computadores dos cartórios, pois havendo revisão do eleitorado terão que ser alocados novos computadores para atender aos postos de atendimento que deverão ser criados e, para tanto, os computadores e pessoas que estariam dedicados para a atualização dos cartórios deverão ser deslocados para a montagem dos postos de atendimento.

6 - Recomenda-se priorizar a execução do Projeto Modernização do Datacenter em virtude de seu grande impacto no objetivo e do custo relacionado ao mesmo, alocando os recursos humanos necessários para a elaboração dos projetos e do termo de referência. Destaca-se a necessidade de apoio da Secretaria de Serviços Gerais no sentido de alocar pessoal especializado em engenharia para compor a equipe técnica, uma vez que a execução do projeto envolve intervenções físicas no prédio e elaboração de projetos de elétrica, cabeamento lógico, refrigeração e combate a incêndio.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES				
	INDICADOR:		IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC		

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a infraestrutura adequada de TIC				
O QUE MEDE	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TIC, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.				
COMO MEDIR	Tempo de disponibilidade do conjunto de sistemas definidos como essenciais (TemDispSistTI), dividido pelo tempo total do período (TemTotPer), multiplicado por cem. DSTI = (TemDispSistTI / TemTotPer) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
		QUANDO MEDIR:	Mensalmente		
QUEM MEDE	Seção de Produção (SEPROD)				
QUEM ANALISA	Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)				
META	Assegurar 99,80% de disponibilidade de sistemas de TIC, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Software de monitoramento

EVOLUÇÃO DO INDICADOR



- 1) Devem ser considerados essenciais os sistemas: SADP/SADPWEB, DJE, Petição eletrônico, correio eletrônico, site Intranet, acesso à Internet, site Internet e ELO.
- 2) Deverão ser desconsideradas do cálculo as indisponibilidades previamente programadas relativas a serviços de manutenção.
- 3) O indicador mede a disponibilidade dos sistemas 24 X 7, ou seja, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, desconsiderando as indisponibilidades da observação 2.

<p>Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</p>	ANÁLISE DE INDICADORES	
INDICADOR:		IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC
<p>1. Síntese do resultado atual: Os índices de disponibilidade do período ficaram abaixo do esperado: em janeiro, devido à substituição do equipamento servidor que hospeda o sítio intranet e à mudança do equipamento servidor que hospeda o sistema ELO (ocorrida no TSE); em fevereiro, devido ao sítio internet e ao sistema ELO, ambos hospedados em equipamentos localizados no TSE; em março a medição da maioria das variáveis ficou prejudicada devido a problemas apresentados pelo servidor que hospeda o software que monitora a maior parte dos serviços e equipamentos disponibilizados pelo TRE-RJ.</p> <p>Observações: (a) Sugere-se a exclusão da tabela referente ao sistema "Petição Eletrônica", uma vez que ele não é usado no TRE-RJ. (b) O sistema ELO, assim como o "site internet", são hospedados em equipamentos servidores instalados no Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, o TRE-RJ está medindo "sistemas" sobre cuja disponibilidade não possui total gerência. (c) Quanto ao "acesso internet", esclarece-se que depende parcialmente do TSE, o que poderá prejudicar a busca por razões para indisponibilidades.</p> <p>2. Ligações entre objetivos e indicadores: A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e do número de servidores capacitados dedicados a atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços, e o número reduzido de pessoas capacitadas delonga não apenas a disponibilização dos serviços mas também a resolução de eventuais problemas.</p> <p>3. Ligações com iniciativas: Algumas iniciativas vêm sendo tomadas para aumentar a disponibilidade dos serviços e sistemas: (a) modernização de elementos ativos da rede local; (b) virtualização de servidores (o que permite responder a alguns incidentes com mais agilidade); (c) capacitação contínua dos servidores, (d) contratação de novos links de acesso à internet, com redundância e maior velocidade que o atual, e (e) aquisição gradual de solução (equipamentos e softwares) visando à implantação de rede virtual privada (VPN) no âmbito do TRE-RJ, a fim de garantir um caminho alternativo de conexão para a primeira instância da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, minimizando a indisponibilidade de serviços que dependem desse tipo de acesso (ELO, correio eletrônico, e-gov etc.).</p> <p>4. Potenciais fontes de problemas: A fragilidade da infraestrutura física, que não dispõe dos principais componentes de um datacenter (climatização de precisão, sistema de energia elétrica independente e redundante, sistema de detecção precoce de incêndio, sistema de controle de incêndio, sistema de controle de acesso e CFTV, supervisão e monitoramento remoto, gerador etc.) e o reduzido número de pessoal especializado são as principais fontes de problemas que podem afetar a disponibilidade dos sistemas.</p> <p>5. Pontos de atenção: O principal ponto de atenção deve ser a infraestrutura física, que não é adequada a um centro de dados e está próxima da saturação. Destaque-se, que o TSE já disponibilizou recursos para o projeto estratégico de Modernização do Datacenter, o qual será executado ao longo de 2015.</p> <p>6. Recomendações sobre o processo: O TRE-RJ deve trabalhar no sentido de (a) priorizar a obtenção dos recursos orçamentários necessários à adequação da infraestrutura do datacenter e (b) conseguir que novas vagas de TIC sejam criadas. É importante destacar que o Projeto de Lei 7.990/2014, propondo a criação de novos cargos efetivos nos quadros de pessoal dos tribunais regionais, destinados à tecnologia da informação, já está sendo apreciado pelo Congresso Nacional. O</p>		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada de TIC							
O QUE MEDE		O percentual de atendimento aos requisitos de TIC definidos pelo CNJ, com base em critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para avaliar o nível de infraestrutura de TIC, considerando os 5 (cinco) principais componentes de avaliação da infraestrutura de TIC (Tecnologia, Força de trabalho total mínima de TIC, Automação, Governança de TIC e Capacitação em TIC).							
COMO MEDIR		Percentual alcançado no porte em tecnologia (PorTec) somado ao percentual alcançado do porte da força de trabalho total mínima de TIC (PorForTrabTotMínTIC) somado ao percentual alcançado no porte em automação (PorAut) somado ao percentual alcançado no porte em governança de TI (PorGovTI) somado ao percentual alcançado no porte em capacitação (PorCapTI) $PTIC = PorTec + PorForTrabTotMínTIC + PorAut + PorGovTI + PorCapTI$ Cada componente de avaliação da infraestrutura de TIC possui um porte máximo de 20% a ser atingido de acordo com as regras de pontuação definidas pelo CNJ.	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
			QUANDO MEDIR:	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ.					
QUEM MEDE		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)							
QUEM ANALISA		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)							
META		Attingir o índice de 80% de porte em TIC, até 2014 (valor considerado como porte aprimorado pelo CNJ).	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de desempenho dos planos de ação e dos projetos			
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR				
Resultado 2014	64,19%						Realizado	Meta	
Metas Anuais							2014	64,19%	80,00%
Meta 2014	80,00%								
Histórico									
2011	NM								
2012	72,04%								
2013	65,24%								
As unidades responsáveis pelas informações coletadas pelo CNJ encaminham os dados à STI, que valida e preenche o formulário disponibilizado pelo CNJ.									

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ

Em 2014 houve uma pequena redução no índice referente ao TRE-RJ em relação ao índice obtido em 2013.

Analisando os portes que compõem o índice, verifica-se que ocorreram reduções no porte baseado em tecnologia e no porte de capacitação e houve melhora no porte baseado em automação. Os portes baseados na força de trabalho total mínima e de governança de TI permaneceram com os mesmos índices de 2013.

O porte baseado em Tecnologia está diretamente relacionado à disponibilidade de equipamentos e à capacidade e à idade média dos mesmos. A redução nesta variável deveu-se essencialmente ao aumento na idade das impressoras em uso no tribunal. O aumento na idade média das impressoras ocorreu em decorrência da necessidade de utilização de impressoras matriciais para impressão dos títulos eleitorais. Estas impressoras apresentam custo de aquisição mais elevado em razão de estarem sendo produzidas em escala menor que as demais e têm menor utilização nos cartórios eleitorais, o que faz com que o desgaste seja menor e que tenham uma vida útil maior. Assim, o TSE não tem realizado aquisições para atualização destas impressoras recentemente, sendo que o número de impressoras deste tipo é significativo, o que tem significativo impacto na média de idade do parque de impressoras. Situação semelhante ocorre com os equipamentos servidores. Houve um aumento na idade média dos servidores em razão do grande contingente de equipamentos servidores utilizados nos cartórios (um para cada cartório, ou seja, aproximadamente 85% do parque de servidores encontra-se nos cartórios). Estes equipamentos nos cartórios estão aguardando definição do TSE quanto à atualização do hardware e sistema operacional, o que levou ao aumento na idade média do parque instalado.

Há oportunidades de melhoria no porte baseado em tecnologia no que se refere à idade média dos microcomputadores e velocidades dos circuitos de comunicação. A redução na idade média dos microcomputadores não ocorreu em 2014 devido a alguns fatores: 1) indefinição do TSE quanto à atualização do sistema operacional nos cartórios; 2) limitações na equipe técnica responsável pela configuração dos equipamentos e suporte ao sistema operacional, e; 3) início do período eleitoral, quando o volume de serviço aumenta significativamente e não é possível realizar intervenções que prejudiquem o funcionamento dos cartórios e diversos setores da Sede. Estes fatores obrigaram à utilização de equipamentos mais antigos que já estavam instalados, tanto na sede como nos cartórios, o que acarretou na redução da variável. Todavia, o TSE encaminhou equipamentos para a atualização dos computadores nos cartórios e este serviço deverá ser iniciado em 2015, o que irá reduzir a idade média dos equipamentos utilizados embora ainda permaneça o risco relativo ao pequeno contingente de pessoal para a realização desta tarefa e o risco do surgimento de outras atividades que venham a interferir em sua realização. Em relação à capacidade dos circuitos de comunicação (links), foi realizado novo contrato, que terá início em 2015 e que prevê uma velocidade mínima de 2Mbps para todos os circuitos, o que levará a um aumento de 2,57 no índice de porte do TRE-RJ.

Uma oportunidade de melhoria para o porte de governança de TIC será a aprovação de política de segurança da informação para o TRE-RJ. Existe processo a respeito deste assunto e uma proposta de política já foi elaborada e submetida à apreciação superior, aguardando definição. Um risco existente refere-se à não aprovação de prorrogação da validade do planejamento estratégico de TI.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

**IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA
RESOLUÇÃO 90/CNJ**

A variável de Porte em Capacitação foi impactada pela não realização de treinamentos para servidores recebidos no último concurso, o que alterou o quantitativo de pessoal e, com isto o percentual de pessoas capacitadas em certificação digital e segurança da informação. Recomenda-se a realização de capacitação em certificação digital e segurança da informação para os novos programadores e analistas, além dos demais servidores destas especializações que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ.

Permanece a principal recomendação para elevação do índice, ou seja, que sejam feitos esforços para atender à variável Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC, uma vez que a mesma, se atendida integralmente, trará um impacto positivo de 13,33% no índice, o que levaria o TRE-RJ a um índice de 77,52%.

Variável	2012	2013	2014
PorTec	15,51	13,08	12,18
PorForTrat	6,67	6,67	6,67
PorAut	17,42	15,48	17,42
PorGovTI	16,4	14,59	14,59
PorCapTI	16,04	15,42	13,33
PTIC	72,04	65,24	64,19

Monitoramento de Objetivo Estratégico

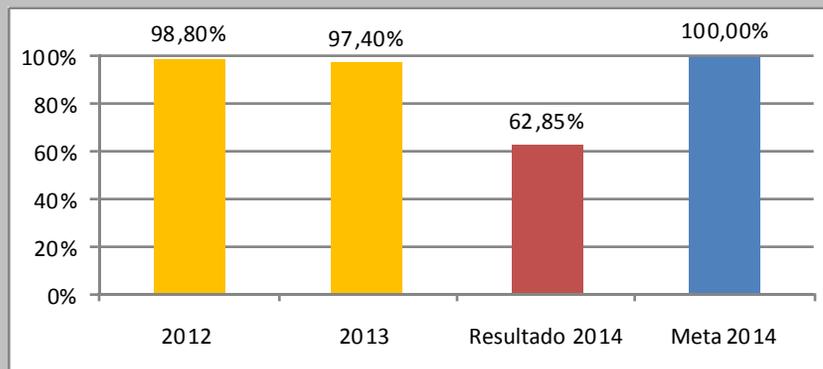
Tema: Orçamento



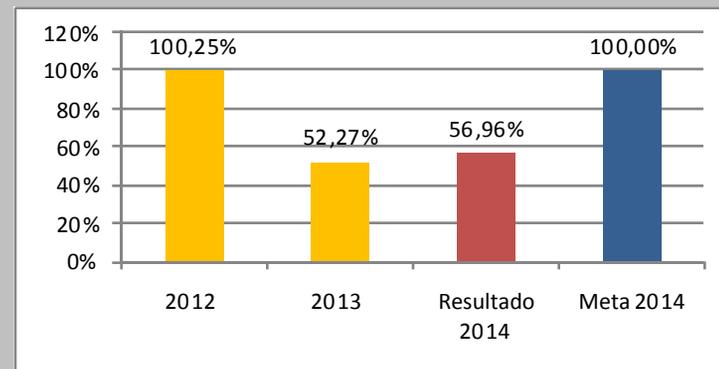
Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia



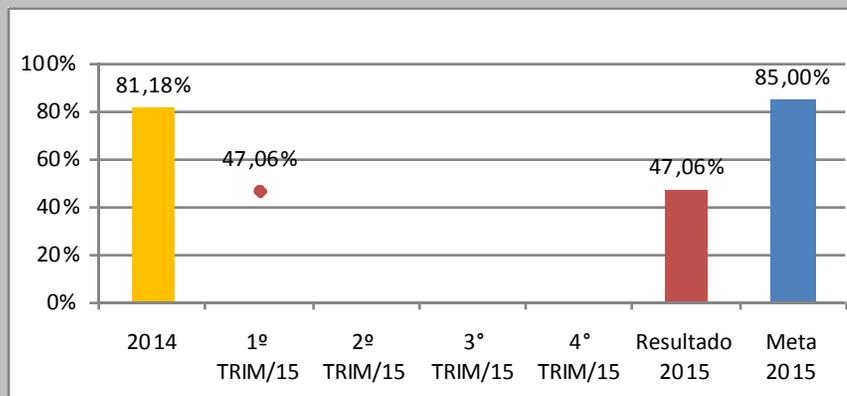
ORÇ 01 - Execução orçamentária



ORÇ 03 - Índice de execução do orçamento estratégico



ORÇ 02 - Índice de execução financeira



Projetos Estratégicos

Sistema de Acompanhamento da Execução

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Orçamento



Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Análise de Desempenho

ORC 2 - Esclarecemos que até o final de março/15 o orçamento vinha sendo liberado na forma de duodécimos, portanto, não houve empenho para a despesa até o final do exercício, motivo pelo qual o percentual identificado ficou bem acima da meta estabelecida. Observamos que a partir do próximo semestre, tendo já sido liberada a totalidade do orçamento, o percentual estará mais condizente com a meta.

Com relação aos indicadores ORC 1 e ORC 3, por se tratarem de análises efetuadas somente quando do término do exercício, informamos que nos manifestaremos no momento oportuno.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:		ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia														
O QUE MEDE		A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.														
COMO MEDIR		Orçamento Executado (OrçExec), dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OrçDisp), multiplicado por cem. EO = (OrçExec / OrçDisp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.									
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)														
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)														
META		Executar 100% dos recursos disponibilizados, anualmente			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI								
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>97,40%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>62,85%</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	2013	97,40%	100,00%	2014	62,85%	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta										
2013	97,40%					100,00%										
2014	62,85%					100,00%										
Resultado 2014	62,85%															
Metas Anuais																
Meta 2014	100,00%															
Histórico																
2012	98,80%															
2013	97,40%															
<p>1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.</p> <p>2) Entende-se por "orçamento executado" a despesa empenhada.</p> <p>3) Entende-se por "orçamento disponibilizado" a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais.</p>																

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando-se com o resultado do exercício de 2013, o desempenho do indicador em 2014 apresentou uma considerável diminuição. O resultado foi influenciado basicamente pela inexecução orçamentária (empenho) da dotação disponibilizada para a Ação Construção do Edifício-Sede do TRE-RJ no valor de R\$ 17.628.000,00, sem a qual teria sido alcançado um percentual de 89,93% e portanto, um resultado satisfatório do indicador.

Variável	2014
OrçExec	R\$ 36.512.559,97
OrçDisp	R\$ 58.095.736,39

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
INDICADOR:		ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA																				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia																					
O QUE MEDE	A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.																					
COMO MEDIR	Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. EOL = (OrçLiq / OrçExec) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																
QUEM MEDE	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)																					
QUEM ANALISA	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)																					
META	Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI																	
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/15</td> <td>47,06%</td> <td>10,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/15</td> <td></td> <td>35,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/15</td> <td></td> <td>60,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/15</td> <td></td> <td>85,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/15	47,06%	10,00%	2º TRIM/15		35,00%	3º TRIM/15		60,00%	4º TRIM/15		85,00%		
	Realizado					Meta																
1º TRIM/15	47,06%					10,00%																
2º TRIM/15						35,00%																
3º TRIM/15						60,00%																
4º TRIM/15						85,00%																
Resultado 2015	47,06%																					
Metas Anuais																						
Meta 2015	85%																					
Histórico																						
2011	69,59%																					
2012	31,93%																					
2013	39,27%																					
2014	81,18%																					
<p>1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais. 2) Entende-se por "orçamento executado" a despesa empenhada. 3) Entende-se por "orçamento liquidado" as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.</p>																						

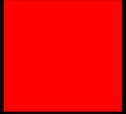
ANÁLISE DE INDICADORESTribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro**INDICADOR:****ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA**

Esclarecemos que até o final de março/15 o orçamento vinha sendo liberado na forma de duodécimos, portanto, não houve empenho para a despesa até o final do exercício, motivo pelo qual o percentual identificado ficou bem acima da meta estabelecida. Observamos que a partir do próximo semestre, tendo já sido liberada a totalidade do orçamento, o percentual estará mais condizente com a meta.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
OrçLiq	3.990.763,64			
OrçExec	8.481.054,56			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:		ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO												
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia														
O QUE MEDE		O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.														
COMO MEDIR		Valor executado nas iniciativas estratégicas (VExecInicEst), dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDInEst), multiplicado por 100. EOE = (VExecInicEst / VDisplnEst)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.									
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)														
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)														
META		Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	LOA, Créditos Orçamentários e Planejamento Estratégico									
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>52,27%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>56,96%</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	2013	52,27%	100,00%	2014	56,96%	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta										
2013	52,27%					100,00%										
2014	56,96%					100,00%										
Resultado 2014	56,96%															
Metas Anuais																
Meta 2014	100,00%															
Histórico																
2012	100,25%															
2013	52,27%															

- 1) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal e as que passem a compor o portfólio de projetos estratégicos ao longo da execução da estratégia.
- 2) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA.
- 3) Entende-se por "valor disponibilizado" a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais (para iniciativas estratégicas).
- 4) Entende-se por "valor executado" a despesa empenhada (para iniciativas estratégicas).

<p>Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</p>	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	 ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO
<p>Informamos que das nove ações estratégicas incluídas no orçamento de 2014, apenas três ações foram objeto de empenho, conforme podemos verificar na planilha TRE RJ encaminhada em anexo. Após análise comparativa com o exercício de 2013 verificamos uma pequena melhora neste indicador. Esclarecemos que compete a esta secretaria tão somente a disponibilização/controle dos recursos orçamentários visando assegurar o pleno atendimento das necessidades relativas às despesas correntes e de investimento, restando às unidades responsáveis a solicitação/execução dos recursos disponíveis para o melhor aproveitamento possível. Participamos, ainda, que semanalmente enviamos às unidades administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob suas responsabilidades.</p> <p>Com relação ao indicador ORÇ 3, propomos que:</p> <p>§ A análise seja realizada pela ASPLAN, uma vez que é a Unidade Administrativa com visão ampla de todo o Planejamento Estratégico, inclusive no que se refere ao monitoramento dos Projetos. Destaca-se, por exemplo, que algumas Ações Estratégicas podem ter sido empenhadas, no entanto, não terem visibilidade orçamentária para análise dentro do modelo atual de medição;</p> <p>§ A diminuição da meta de 100% para 85% pois é a parte do orçamento anual mais suscetível às mudanças por parte da alta Administração e portanto às políticas de gestão do período. Acreditamos que a redução da meta retrataria melhor a realidade da instituição em função da discricionariedade desta dotação orçamentária.</p> <p>§ A mudança da periodicidade da medição deste indicador de anual para trimestral, proporcionando uma melhor análise e acompanhamento, ensejando tomada de medidas tempestivas, minimizando as sobras orçamentárias e possibilitando a implementação de novas ações.</p>		